



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

DÂMARIS SZYTKO

**PARDA MARGARIDA MARIA DE JESUS: LIBERDADE E FAMÍLIA EM
PERSPECTIVA INTERSECCIONAL – LAGES/SC**

**CHAPECÓ
2023**

DÂMARIS SZYTKO

**PARDA MARGARIDA MARIA DE JESUS: LIBERDADE E FAMÍLIA EM
PERSPECTIVA INTERSECCIONAL – LAGES/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Renilda Vicenzi

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Szytko, Dâmaris

Parda Margarida Maria de Jesus: Liberdade e Família em perspectiva interseccional - Lages/SC / Dâmaris Szytko. -- 2023.

60 f.:il.

Orientadora: Dra. Renilda Vicenzi

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Interseccionalidade. 2. Mulheres negras. 3. Pós-abolição. 4. Lages-SC. 5. Família negra. I. Vicenzi, Renilda, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

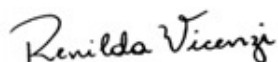
DÂMARIS SZYTKO

**PARDA MARGARIDA MARIA DE JESUS: LIBERDADE E FAMÍLIA
EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL – LAGES/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/07/2023.


BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Renilda Vicenzi
Orientadora



Ms. Eliane Taffarel -
Unochapecó Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 SARA MUNIQUE NOAL
Data: 19/07/2023 13:42:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Ms. Sara Munique Noal – UFFS/campus
Chapecó Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Quando entrei no curso de História, em 2019, eu sempre me perguntava como seria terminar a graduação. Na época, quatro anos parecia uma infinidade, e agora não consigo acreditar que já estou escrevendo os agradecimentos. E como sofri para escrevê-lo. A jornada acadêmica nunca é construída sozinha e eu espero, por mais simples que seja, ter conseguido homenagear aqueles que estiveram comigo nestes anos e que, mesmo sem eu perceber, influenciaram este trabalho.

Começo agradecendo a meus pais, Cláudia e Tonio, tão importantes para a escrita desta monografia. Agradeço também aos meus irmãos Danilo, Grazi e Misa. E, por mais bobo que seja, também preciso homenagear meus maiores companheiros das madrugadas à frente do computador, mesmo que seja subindo em cima do teclado e correndo pelo quarto, mas que foram a distração necessária para os momentos mais angustiantes da escrita. Dedico esse espaço aos meus animaizinhos, Nevasca, Snow, Perseu, Luna e Frida.

Agradeço a Brendha pela amizade desde do primeiro dia da graduação. Você foi capaz de transformar todos os momentos até aqui em momentos de alegria e risada, das idas e vindas de lotação, as caronas no grande celtinha, dos surtos pelas aulas e trabalhos, você me inspirou em tantas coisas que nem cabem aqui. Muito obrigada por tudo, talvez nunca consiga devolver o tanto que você já fez e continua fazendo por mim. Aos meus amigos Cadu, Duda e Paulo, outros presentes da universidade, vocês merecem o mundo inteiro! Obrigada pela companhia, pelas conversas na cantina.

As grandes amigas Adri, Aline e Vick, a amizade com vocês certamente me tornou uma pessoa melhor. Obrigada pela paciência nos surtos da escolha do tema do TCC e apoio e suporte em todas as conquistas.

A minha querida orientadora Renilda, que me apresentou a história de Margarida e que sempre me guiou e inspirou na construção deste trabalho. Muito obrigada pelo apoio e pela compreensão na entrega dos textos depois do prazo. Espero que ainda possamos escrever mais sobre Margarida e outras mulheres como ela. Ao grupo NEABI, espaço onde adquiri mais suporte teórico e pude compreender cada vez mais a importância da interseccionalidade e do olhar para as margens da história.

Aos meus amigos Laiza, Mateus e Nicolly, muito obrigada pelo carinho e sinceridade! Um obrigada especial a Guilherme e Rafaela, que ainda no tempo do ensino médio me auxiliaram na escolha de graduação. Um obrigada a todas as meninas da biblioteca, que foram super compreensivas com todos os chororos causados pela escrita, e, em especial a Larissa,

companheira fiel do trajeto até o trabalho, e tanto me ouvir surtar em plena 08:00 horas da manhã.

Agradeço as pesquisadoras e pesquisadores presentes neste trabalho. A produção de vocês, em especial das mulheres, foi essencial para me ensinar tantos conceitos importantes empregados na escrita da trajetória de Margarida. Espero que tenha demonstrado toda a sensibilidade que essa história necessita e tenha apresentando toda força e agência de mulheres negras libertas, que vocês me ensinaram e mostraram em seus trabalhos. Por fim, obrigada Margarida!

RESUMO

A pesquisa parte das inúmeras possibilidades do emprego do conceito de interseccionalidade para pensar sobre as trajetórias de mulheres negras libertas na região Sul, em diálogo com pesquisas acerca do pós-abolição. Utilizando-se de registros eclesiásticos, cartoriais e judiciais produzidos nas cidades de Lages-SC e Vacaria-RS, procuramos investigar as redes de sociabilidade e a movimentação da parda liberta Margarida Maria de Jesus. A pergunta de pesquisa é quais movimentos possibilitaram que Margarida deixasse a condição de escravizada para ser liberta, quais foram suas estratégias e redes de apoio? Margarida conquistou sua liberdade através de uma Ação de Liberdade no ano de 1884 em Lages/SC, aos 20 anos, com dois filhos, a partir das relações formadas por ela neste espaço, e mudou-se para Vacaria/RS como esposa de Emílio Virginio dos Santos, homem branco com poder econômico e representação política na região. Com a apresentação de sua família e a luta em torno da conquista da liberdade e manutenção desta, exemplificadas pelas discussões de indivíduos presentes neste embate, buscou-se apresentar sua experiência particular de vida marcada pelas intersecções entre gênero, raça e classe. A perspectiva interseccional também foca na agência destas mulheres, tomadas como protagonistas de suas histórias e, neste estudo de caso, evidenciamos que seu protagonismo está associado a família extensa que a mesma constituiu.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Mulheres negras; Pós-abolição; Lages-SC; Família negra.

ABSTRACT

The research initiates from the innumerable possibilities of using the concept of intersectionality to consider the trajectories of Liberated Black Women in the southern region of Brazil, in dialogue with post-abolition research. Employing ecclesiastical, notarial, and judicial records produced in the cities of Lages-SC and Vacaria-RS, we seek to investigate the sociability networks and the movement of the liberated black Margarida Maria de Jesus. This research questions which maneuvers made it possible for Margarida to leave her enslaved condition for freedom, questioning her strategies and support networks. Margarida earned her freedom through an Action for Freedom in 1884 in Lages/SC, at the age of 20, with two children through relationships formed by her in this location, and moved to Vacaria/RS as Emílio Virginio dos Santos' wife, a white man with economic power and political representation in the region. By presenting her family and the struggle around the conquest of freedom and its maintenance, exemplified by the discussions of individuals present in this clash, we sought to provide her particular experience of life marked by the intersections between gender, race, and class. The intersectional perspective also focuses on the agency of these women, taken as protagonists of their stories, and in this study, we showcase that their protagonism is associated with the extended family constituted by them.

Keywords: Intersectionality, Black Women, Post-Abolition, Lages-SC, Black Family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA I - Mapa de Lages-SC e Vacaria-RS no século XVIII e XIX	25
FIGURA II - Diagrama familiar de Margarida Maria de Jesus e Emílio Virginio dos Santos	26
FIGURA III - Datas de nascimento dos filhos de Margarida e Emílio	27
FIGURA IV - Casarão “Juca Antunes”	44
FIGURA V - Vista atual do Casarão Juca Antunes	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Tema de pesquisa	11
1.2 Negras/os em Lages: apontamentos bibliográficos	13
1.3 Pensando o pós-abolição em perspectiva interseccional a partir da parda Margarida	14
2. MARGARIDA MARIA DE JESUS: FAMÍLIA, TRAJETÓRIA E SOCIABILIDADE	22
2.1 Família de Margarida Maria de Jesus	22
2.2 Contexto das vivências de Margarida	32
3. AÇÃO DE LIBERDADE E A ANÁLISE INTERSECCIONAL NA DISPUTA	36
3.1 Jovem parda Margarida e a liberdade	36
3.2 Sujeitos da Ação	42
3.3 Enfim, a liberdade!	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
FONTES CONSULTADAS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema de pesquisa

A presente pesquisa tem como foco central a investigação sobre a parda liberta Margarida e a formação da rede de apoio em torno desta mulher, como demonstração da luta na busca por transição de condição jurídica, delimitando, concomitantemente, o corpo e o espaço ocupado por mulheres escravizadas e libertas neste contexto, assim como as relações de sociabilidade e resistências. Neste sentido, são investigadas as relações sociais de Margarida com mulheres e homens imersos na sociedade de Lages-SC do período da escravidão e do pós-abolição. A fonte que guia deste trabalho é uma *Ação de Liberdade*¹, que encontra-se disponível no Museu do Judiciário Catarinense em Florianópolis.

Situando a *Ação de Liberdade*: o processo, de primeira instância, foi iniciado por Margarida, mãe de dois filhos com menos de 06 anos, em seis de dezembro de 1884, denunciando os seus ex-senhores, Maria Gertrudes de Moura Ramos e José Antunes Lima, de continuarem a mantê-la em cativeiro, mesmo após a realização da promessa da alforria², esta já autenticada perante as autoridades, comunidade local e à Junta Classificatória, ainda em 1883.

A *Ação de Liberdade* de Margarida, nas suas 42 páginas, apresenta que esta nunca recebeu a carta de alforria. O documento também não tinha sido registrado, descrevendo que seus ex-senhores continuaram a tratá-la como escrava, de maneira injusta e violenta. As ações de liberdade, então, são ferramentas para a reivindicação da condição de escravizados imposta sob determinados indivíduos, constituindo formas de resistências e estratégias em busca da liberdade frente à instituição escravista. A *Ação* ainda contém a réplica dos acusados, reforçando o poder local de senhores de corpos e terras, e as tentativas de manutenção das estruturas do sistema escravista.

Portanto, a pesquisa tem como problemática central a investigação da mobilidade

¹Autos de Ação de Liberdade – 1884. Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K). Observações: *568 / 1884 / Lages / Sumário De Liberdade / Escrava Margarida / José Antunes Lima.

²“A exma sra dona Maria Gertrudes de Moura Ramos, digna esposa do rico fazendeiro o sr. Capitão José Antunes Lima, oficiou a junta classificatória de escravos, que havia conferido a liberdade a sua escrava, mulata, de 17 anos de idade, de nome Margarida. É virtuosa e respeitável matrona, é irmã do Sr. Capitão Luiz José de Oliveira Ramos. A caridade é o distintivo desta nobre senhora”. Jornal “O lageano”, Lages, 21 de Julho de 1883. Anno 1, n. 14. Arquivo do Museu Histórico de Thiago de Castro, Lages/SC.

social desenvolvida pela parda liberta Margarida em Lages/SC, a partir da compreensão das “avenidas identitárias”³, investigando as estratégias de resistência, assim como a construção da rede de apoio formada em torno dela. Ressalta-se, assim, a utilização constante da interseccionalidade⁴ como ferramenta analítica central na construção desta pesquisa.

As informações presentes na Ação serão cruzadas com outros documentos históricos, sendo estes registros encontrados no site [FamilySearch](#), disponibilizados pelos acervos da Matriz de Lages - Nossa Senhora dos Prazeres e nos acervos da cidade de Vacaria - RS. São documentos eclesiásticos e civis, como: certidões de nascimento, de batismo, de casamento e óbito; com informações pessoais relativas a Margarida e das relações empreendidas por esta, em especial com o Emílio Virgínio dos Santos, com o qual esta foi casada. Além destes, o acervo disponibilizado pelo Museu Histórico Thiago de Castro, de Lages/SC, referentes às famílias Ramos e Lima, ex-senhores de Margarida, também será utilizado no cruzamento de informações.

A pesquisa sobre a trajetória da parda liberta Margarida e as diversas formas de resistência de mulheres escravizadas e libertas⁵ dialoga com as pesquisas acerca da escravidão e do pós-abolição no Brasil, que vem ganhando força e destaque no campo acadêmico. Estas, influenciadas por teorias ainda recentes no espaço acadêmico, como os escritos de feministas negras⁶, centrados em epistemologias não hegemônicas, procuram escrever e pensar acerca das lutas pela liberdade e de manutenção desta realizada por sujeitos negros, em especais pelas mulheres. As mulheres escravizadas e libertas demonstraram possuir conhecimento de seus direitos e da legislação daqueles contextos, contribuindo para as movimentações em torno da liberdade, além da formação de relações de apoio de variadas condições, o que permitia a mudança da condição jurídica. Ainda, estes estudos pensam a condição de mulheres negras escravizadas e libertas a partir da perspectiva centrada nos estudos das relações de poder envolvendo raça, classe e gênero (intersecção), influenciadas na inter-relação destas categorias, apontando para a existência de variadas trajetórias no cotidiano das mulheres negras, afastados de narrativas universais do espaço social ocupada por elas.

A escolha por tal área de pesquisa também ocorre pelo interesse nas discussões de gênero na historiografia, com foco em discussões acerca do passado brasileiro. A partir do

³AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

⁴COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

⁵XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

⁶hooks, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

encontro com a história de Margarida, através da Ação, buscou-se ampliar o horizonte para além de uma análise de gênero, com o interesse por investigá-la com foco na categoria raça. Desta forma, compreendemos aqui a importância da utilização da interseccionalidade, que além de ampliar o campo de análise, aparece como ferramenta analítica a auxiliar para uma análise sensível, voltada ao cruzamento destas e outras possíveis categorias a serem encontradas.

1.2 Negras/os em Lages: apontamentos bibliográficos

Conectadas a história de Margarida, ressaltamos que, ao longo das últimas décadas, ocorreu a expansão de trabalhos em pesquisas com abordagem da História Social, destacando a presença de mulheres e homens negros em Santa Catarina, por autores como Beatriz Galloti Mamigonian⁷, Henrique Espada Lima⁸ e Cláudia Mortari⁹.

Apesar do foco estar nas áreas próximas ao litoral, tais trabalhos auxiliam no rompimento das interpretações de ausência destes indivíduos no passado e no presente do estado. Aqui, utilizo este espaço para ressaltar o trabalho da antropóloga Ilka Boaventura Leite (1996), “Negros do Sul do Brasil”, empregado para expressar a tentativa de branqueamento da história da região. E, da mesma maneira, as teses de Nilsen Borges (2005)¹⁰, Álvaro de Sousa Gomes Neto (2005)¹¹, o livro “Negros em Lages: Memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano (1960-1970), de Andréa Aparecida de Moraes Cândido Carvalho (2001)¹², a tese de doutorado de Renilda Vicenzi (2015)¹³ e o

⁷MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). In: FRAGOSO, João et al (Org.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes, 2006. p. 609-643.

⁸LIMA, Henrique Espada. Da escravidão a liberdade na Ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Galloti, VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs.). **História Diversa: Africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. p. 197-225.

⁹MORTARI, Cláudia. Os homens pretos de Desterro: Um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. 2000. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em História. PUC/RS. Porto Alegre.

¹⁰BORGES, Nilsen. Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 175. 2005.

¹¹GOMES NETO, Álvaro de Souza. O Fundo de Emancipação de Escravos: funcionamento e resultados no Termo de Lages, Santa Catarina. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2, 2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos. S.I: UFRGS, 2005. s.p. Disponível em: <http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/imagens/Textos2/alvaro.gomes>.

¹²CARVALHO, Andréa Aparecida de Moraes Cândido. Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano. Trabalho de conclusão de Curso (graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2001;

¹³VICENZI, Renilda. Nos Campos de Cima da Serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages, 1776-1850. TESE DE DOUTORADO. São Leopoldo – RS, 2015.

trabalho de conclusão de curso de Jasmini Maurer (2015)¹⁴, que, ao realizarem pesquisas na região de Lages, focam na importância e na presença ativa de indivíduos escravizados e suas movimentações em busca da conquista da liberdade, identificando os aspectos do cotidiano destes em Lages. O debate acerca da presença, resistência e formação das identidades também ocorre nas produções de foco na região serrana de Frank Nilton Marcon (1999)¹⁵, discutindo a resistência política e cultural destas comunidades.

1.3 Pensando o pós-abolição em perspectiva interseccional a partir da parda Margarida

Nas últimas décadas, os estudos de temáticas do pós-abolição também ganharam destaque nas pesquisas históricas, sendo possível visualizar a introdução de novas metodologias, ampliando a complexidade destas análises. A análise da trajetória de Margarida, a partir de leituras e conceitos advindos dos estudos do pós-abolição, ocorre aqui, mesmo localizando-se temporalmente anterior a maio de 1888, uma vez que identifica-se a Ação de Liberdade como uma prática de luta por liberdade. Com novas perspectivas, comparavelmente mais amplas que os estudos historiográficos tradicionais, observa-se que:

[...] os escravos não se transformaram em seres sem vontade, em objetos inertes entregues à anomia. Eles certamente lutaram contra a escravidão: resistiam, escapavam e se revoltavam de todas as maneiras. Mas também, apesar da escravidão e dentro dela, os africanos e seus descendentes lutaram para construir e reorganizar novos vínculos sociais que tornassem a vida suportável. (LIMA, 2005, p. 309).

E, neste sentido, busca-se, através desta pesquisa, investigar e discutir questões ligadas à luta por liberdade, as tensões sociais deste processo e os discursos sobre raça concebidos naquele período. Assim, a investigação destas questões ganham foco central na análise dos registros da parda liberta Margarida, sua trajetória e rede de apoio na sociedade de Lages do período estudado.

Concomitantemente, a pesquisa também procura abordá-la a partir dos conceitos de gênero, raça e classe. Conforme exposto acima, a interseccionalidade está imersa nas pautas do feminismo negro, movimento que formou esta nova ferramenta analítica, possibilitando o

¹⁴Maurer, Jasmini Letícia. **Ingênuos e famílias negras**: as crianças marcadas pela lei do ventre livre nos campos de lages/sc (1871-1888). Trabalho de conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2018;

¹⁵MARCON, Frank Nilton. **Visibilidade e resistência negra em Lages**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 1999.

entendimento de Margarida por diversas perspectivas, com a sensibilidade que sua trajetória merece.

O emprego do feminismo negro e suas pautas ao longo do trabalho exprime, desta forma, o distanciamento dos discursos feministas hegemônicos, que ignoram a relevância das categorias de raça e classe nas experiências das mulheres negras, ressaltando a importância do olhar atento às inter-relações entre tais categorias na experiência de Margarida. O feminismo negro valoriza a pluralidade, compreendendo as mais diversas experiências do ser e torna-se mulher, estimulando o diálogo, possibilitando assim a constante renovação deste campo teórico.

A produção deste trabalho, baseia-se na união aos esforços de mulheres intelectuais negras no combate às análises, ainda consolidadas, racistas e colonialistas, pois, como apresenta bell hooks:

[...] ativistas negras, historicamente consideradas “as outras do feminismo”, em diferentes contextos, construímos epistemologias feministas negras descoloniais, tomando por base nossas experiências e as de nossas antepassadas, e iniciamos elaborações acerca do feminismo totalmente opostas às concepções hegemônicas, que terminaram por contribuir para o fortalecimento do próprio feminismo, já que deslocamos da perspectiva construída a partir de privilégios do centro para a perspectiva da vivência da margem. (hooks, 2019, p. 11).

Investigar Margarida é uma forma de reconhecer e demarcar a presença destes indivíduos, com o esforço de valorizar e ressignificar o espaço e as relações que estes desenvolviam dentro de um espaço de violência, demarcando os conflitos e os desdobramentos na trajetória individual desta liberta e de sua família. Isto apresenta-se em consonância com aquilo que Collins e Bilge (2021, p. 57) apresentam: “A interseccionalidade não é simplesmente um método de fazer pesquisa, também é uma ferramenta de empoderamento das pessoas”. Entretanto, o objetivo deste trabalho não é “dar voz” às experiências negras - estas já possuem extensas produções onde escrevem e falam sobre suas inquietações, seus desejos, seus obstáculos - mas sim ouvi-lás, realizar o exercício sistemático da escuta, apreciar suas escritas e analisar, com toda sensibilidade possível e necessária, os fragmentos da vida de Margarida para dialogar com essas experiências¹⁶.

Neste sentido, busca-se a valorização de mulheres negras e suas experiências, a partir da compreensão da necessidade de distanciamento das análises monofocais, as quais, segundo Collins e Bilge (2021), não permitem pesquisas voltadas para as complexidades acerca das identidades de mulheres negras e os problemas enfrentados por estas, enquanto uma metodologia interseccional proporciona o olhar às movimentações de cada sujeito que

¹⁶Ver: RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

forma sua identidade a partir dos espaços que ocupa. A escolha por pesquisar dispendo da interseccionalidade como ferramenta analítica ocorre a partir da perspectiva de que gênero não é o único fator decisivo no destino de cada indivíduo. Não obstante, a experiência dos sujeitos inclui uma série de categorias, conectadas entre si, criando uma série de possibilidades e limites (hooks, 2019), considerando esta ferramenta também como multifacetada. Bem como, a utilização da interseccionalidade, devido a esta natureza, proporciona a investigação das mais variadas questões, engrandecendo o estudo da história de Margarida e da realidade social vivenciada e enfrentada por esta.

A visualização do cruzamento destas categorias revela-se como essencial para uma análise complexa da identidade e das trajetórias de mulheres oprimidas e exploradas, uma vez que reconhece-se, a partir destas leituras, que a luta contra o sexismo e racismo não deve ser desempenhada de maneira isolada - a interseccionalidade possibilita compreender a inexistência de uma hierarquia de opressões - e, sim, de forma conjunta, devido à inseparabilidade e o cruzamento de tais categorias no cotidiano nas trajetórias de mulheres negras¹⁷.

[...] o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. [...] essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16).

Assim, examina-se as interconexões entre estas três categorias, em detrimento da compreensão destas categorias como separadas e seu impacto na experiência social como exclusivo a cada uma destas. Observa-se, assim, a impossibilidade de tomar Margarida apenas como um indivíduo negro, ressaltando a necessidade de entender sua posição social a partir da condição de mulher negra escravizada. Com esta nova perspectiva, conforme indicam Collins e Bilge (2021), surgem novas possibilidades para a investigação de trajetórias múltiplas.

A interseccionalidade opera, neste sentido, também para a compreensão sobre os discursos sobre a categoria raça no Brasil, que, como apresentam os autores Gomes e Paixão: “É cor, é raça e é também lugar. Um lugar social. De subordinação, da não igualdade” (2008, p. 177). Discutir raça é também um aprofundamento nas pesquisas acerca da negação dos direitos e da cidadania a este grupo, e das lutas de resistência negra, principalmente quando relatamos sobre as lutas protagonizadas por mulheres negras no Brasil oitocentista.

¹⁷Ver: AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen. 2019.

É possível, então, por meio dos vestígios da liberta Margarida e de sua família, encontrar a agência destas mulheres, construída através de laços de contato, formando, concomitantemente, sua própria identidade. Principalmente em uma região que valoriza o passado colonial e os indivíduos ligados ao poder da época, tais histórias e indivíduos são invisibilizados, assim como sua presença e influência neste espaço.

Conforme apresentado por Ilka Boaventura Leite (1996) o estado de Santa Catarina criou diversas narrativas acerca do passado escravocrata na região. Tais narrativas colocam a influência da comunidade negra como inexistente, baseadas em estatísticas demográficas. Para a autora, esses discursos utilizam-se das mais variadas ferramentas discursivas na tentativa de construir uma história na qual a mão de obra escrava e a influência deste grupo na formação cultural do estado apareça como menor possível, além de, partindo do mito da democracia racial, fabricar um passado da escravidão mais brando, na ideia de relações amigáveis entre senhor e cativo. Por conseguinte,

[...] o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja isto, mas sim que *ele é visto como não existente*. É interessante observar que este mecanismo, [...] ocorre em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de o racismo se manifestar. (LEITE, 1996, p. 41).

Tal filosofia de democracia racial tentou apagar a categoria política raça, com projetos para eliminação das possibilidades de descrição e comunicação das desigualdades raciais e suas manifestações no cotidiano. Elaborar-se, desta forma, uma narrativa tradicional e hegemônica de igualdade, a qual ignora o passado de opressão e exploração violento brasileiro. Neste sentido, a pesquisa está conectada nas tentativas de compreender a história brasileira a partir do termo raça e das discriminações raciais, o que, conforme apontado, foi apagado nas leituras desenvolvidas através da falácia de exclusividade da miscigenação brasileira, como aponta Flávio Gomes e Marcelo Paixão (2014). Ademais, a escolha de apoio teórico nas produções de intelectuais do feminismo negro vincula-se no combate de tais situações, devido a seu relacionamento intrínseco entre a teoria e a prática.

Temos, então, a apresentação dos três principais conceitos para realizar a análise do caso de Margarida e sua busca pela liberdade. Faz-se necessário, então, analisar e definir o conceito de liberdade e as condições impostas a tais indivíduos para compreender o processo de transição da condição jurídica.

Temos como principais referências Sidney Chalhoub (2010), Henrique Espada Lima (2005) e Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004). Estes/as autores/as fornecem o

material teórico para refletir acerca das transformações, a partir da identificação como sujeito liberto e as implicações sociais baseadas em tal transição. Ademais, emprega-se, aqui, esse campo referencial para contrapor a condição como cativo e, mais uma vez, valorizar o protagonismo negro na formação de resistências, uma vez que afasta-se da relação entre liberdade apenas ligada a condição de corpos brancos ou nascidos de ventres livres.

Para Sidney Chalhoub é necessário pesquisar e escrever acerca dos obstáculos da vida dos libertos, uma vez que as experiências dos libertos estão intimamente conectadas com a complexidade do sistema escravista brasileiro. Para o historiador,

[...] a fronteira relativamente incerta entre escravidão e liberdade parecia condição estrutural da sociedade brasileira oitocentista, constituindo-se nexos indispensáveis à reprodução das relações de dependência pessoal e da ideologia paternalista, pertinente tanto a trabalhadores escravos quanto livres. (CHALHOUB, 2010, p. 37).

Por conseguinte, ao discutir a respeito da precariedade estrutural da liberdade, Lima (2005) foca seus estudos no universo do trabalho e as relações desenvolvidas a partir disso. Lima (2005) apresenta que o antagonismo entre trabalho livre e trabalho escravo simboliza a construção de um mito na historiografia brasileira, o que deixa escapar a esfera da experiência de ex-escravos e a instabilidade constantemente enfrentadas por estes indivíduos, envolvidos pela precariedade das condições sociais, excluídos também dos aspectos positivos em torno da liberdade.

Compreender a complexidade deste sistema e a experiência de liberdade desses sujeitos é um exercício de pesquisa necessário em termos históricos para reconhecer a trajetória, formação de laços e as resistências no cotidiano. Este esforço possibilita observar a história de mulheres negras libertas para além do cativeiro e a continuidade desta resistência no pós-abolição, compreendendo a continuidade das estruturas de opressão e dominação, na contemporaneidade.

Ainda, isto possibilitou visualizar as práticas sociais que limitavam a liberdade e a cidadania de indivíduos libertos. Como expressam Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004), a transição gradual de mão de obra escrava para mão de obra livre não ocorreu rapidamente e uniformemente em todo o território brasileiro, significando a continuidade da escravidão. A perpetuação das estruturas escravistas, evidenciada pelos autores anteriores, implicaram, e ainda implicam, cotidianamente, na formação de laços e de resistência de descendentes de escravizados, assim como a continuidade das relações de poder senhoriais daquela época, tornando pesquisas acerca da precariedade da cidadania relevantes no

desenvolvimento de discussões acerca do racismo estrutural enfrentados por indivíduos negros e negras no Brasil.

Como descrito, a análise deste trabalho se debruçará a partir do jogo complexo de identidades de Margarida, observando-a transversalmente com os conceitos de gênero, raça e classe. Para pensar gênero, analisando os registros de Margarida, principalmente a ser descrita a partir de sua condição como *mãe*, é necessário pensar nas experiências e na maternidade de mulheres libertas. Conforme apresentado por Mariana Muaze (2022), o cotidiano social enfrentado por mulheres no cativo era diferente daquele vivenciado por homens, sendo o principal fator o gênero. Esta condição, aplicada às mulheres negras, tornavam-nas tanto produtoras como reprodutoras dentro do sistema escravista, implicava no controle senhorial acerca da reprodutividade feminina negra.

A preocupação com o estímulo para a formação de famílias com filhos e os cuidados a estes fizeram parte das decisões senhoriais, assim, o corpo feminino das mulheres escravizadas também era impactado pelas disputas de poder dentro das propriedades senhoriais. Muaze (2022) destaca a resistência de mulheres vítimas do sistema escravista a partir de suas famílias e outros laços, reafirmando-se a importância de compreender a liberta Margarida e a conversão entre sua busca pela liberdade e de sua família. Em um sistema marcado pela opressão e violência, a formação de laços de apoio mútuo e solidariedade, sendo eles relações familiares ou afetivas, converteram-se em possibilidades reais de sobrevivência e de experiência de vida minimamente digna e tranquila¹⁸.

Por conseguinte, construir uma história da trajetória de Margarida deve ser pautada através dos registros familiares da mesma, compreendendo também os objetivos de seus senhores no controle de seu corpo e de seus filhos. Os filhos de Margarida e o espaço determinado socialmente a ser ocupado por eles também merecem análise, a partir da compreensão do contexto brasileiro e o desenvolvimento de leis abolicionistas. Estes, que surgem como novos agentes sociais, a partir da denominação de ingênuos a Lei no 2.040¹⁹ (Lei do Ventre Livre) e na legalização da obtenção do pecúlio, que também aparece nos fragmentos da trajetória de Margarida, reforçam leituras desenvolvidas que se distanciam de narrativas tradicionais²⁰.

¹⁸XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

¹⁹Lei número 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm.

²⁰As primeiras produções catarinenses relativas ao passado colonial escravocrata tem como eixo comum a valorização das interpretações tradicionais, as quais, como menciona por Ilka Boaventura Leite, tendem a invisibilizar os sujeitos negros na região, assim como descrever a mão de obra escrava como insignificante e o

Portanto, nos aportamos em estudos acerca das temáticas do pós-abolição, os quais possibilitaram a introdução de novas metodologias, ampliando a complexidade das análises e a ampla visualização do sistema de escravidão. Têm-se como objetivo a construção de uma análise alicerçada nestas novas leituras, enfatizando o protagonismo negro e a multiplicidade do sistema escravista, destacando aqui os escritos da teoria feminista negra (como a própria escolha de análise interseccional), fundada por pesquisadoras negras devido à invisibilidade de suas experiências nas discussões feministas e nas discussões raciais. Visualiza-se, então, como essencial ao trabalho de historiadoras e historiadores o desenvolvimento de pesquisas antirracistas, valorizando a agência destes indivíduos e desnaturalizando diversas concepções deterministas destes corpos. Procura-se descrever e analisar as fontes com a sensibilidade essencial ao discutir um período rodeado pela violência e subjugação desses sujeitos, e, principalmente, dos corpos femininos negros.

Neste sentido, este trabalho monográfico está organizado em dois capítulos, sendo: o primeiro capítulo “Margarida Maria de Jesus: Família, Trajetória e Sociabilidade”, o qual apresentará os documentos eclesiásticos e civis utilizados para construir a árvore genealógica de sua família e sua trajetória, com o objetivo de construir a rede de relações, situando a movimentação entre os espaços de Lages-SC para Vacaria-RS, a partir dos conceitos e discussões até aqui expostos. Margarida após a liberdade, passou a se chamar Margarida Maria de Jesus, casou-se com o homem branco Emílio Virgínio dos Santos e passou a residir em Vacaria – RS. Ali deu continuidade à formação familiar e os laços de sociabilidade.

Optamos por apresentar sua vida em liberdade, para que possamos dialogar posteriormente com a luta pela sua Ação de Liberdade, a qual ocorreu anteriormente, uma vez que a ação é também resultado das relações entre Margarida e outros sujeitos de sua vida, que são identificados a partir de sua vida como liberta. Igualmente, a própria Ação e os argumentos utilizados pelos personagens ali presentes são respectivos à estrutura e ao contexto da sociedade escravista de Lages, os quais também são o foco do primeiro capítulo.

sistema como benevolente aos escravos e libertos locais. Nestas produções, destaca-se os trabalhos de Walter Piazza e Oswaldo Cabral, autores que, através de seus trabalhos, solidificaram as visões ainda consolidadas acerca desse passado no território de Santa Catarina. Entretanto, a partir da década de 1960, a historiografia da região, com a publicação do livro “Cor e mobilidade social em Florianópolis” de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Neto, ganhou uma nova perspectiva interpretativa da presença da comunidade escrava neste espaço. Para os autores (1960), a presença destes indivíduos não deve ser fundamentada por questões estritamente econômicas - interpretações que excluíram as organizações internas das regiões longe das grandes economias de exportação.

No segundo capítulo, “Ação de Liberdade e a análise interseccional na disputa”, a Ação de Liberdade será fundamentada no quadro teórico acerca da interseccionalidade, procurando salientar esta ferramenta analítica no estudo das relações de poder e formação da identidade da parda liberta Margarida e os demais sujeitos presentes.

2. MARGARIDA MARIA DE JESUS: FAMÍLIA, TRAJETÓRIA E SOCIABILIDADE

Neste capítulo apresentamos Margarida Maria de Jesus – parda Margarida, através dos registros eclesiásticos e civis (fragmentos de sua trajetória) localizados, como seu nascimento, nascimentos de seus filhos e netos²¹. A utilização destes registros auxiliam no encontro de informações sobre a realidade das relações por ela desenvolvidas e a mobilidade desta e de sua família.

2.1 Família de Margarida Maria de Jesus

A Ação de Liberdade iniciada por Margarida, em 1884, teve como resultado a concessão, por seus ex-senhores, da liberdade e passamos a conhecer a vida de Margarida como uma mulher já liberta, a partir de 1884, conforme o indicado no final do processo. Não foi possível determinar o ano em que Margarida adquiriu o nome Margarida Maria de Jesus, e, assim, surgem diversos questionamentos acerca de sua trajetória em liberdade e a mobilidade desenvolvida por esta, principalmente em relação à constituição de sua família.

Como esse texto tem como finalidade principal aprofundar o conhecimento teórico acerca das categorias principais da pesquisa - raça, classe e gênero, observou-se que seria oportuno apresentar melhor as fontes a serem utilizadas para o mapeamento do caso de Margarida e sua busca pela liberdade.

A principal fonte para a análise de Margarida e guia esta pesquisa trata-se de uma Ação de Liberdade. Uma Ação de Liberdade ocorre a partir de movimentos judiciais de indivíduos escravizados contra seus senhores, como forma de adquirir ou manter sua liberdade, quando a situação do cativo era considerada ilegal e injusta (VICENZI, 2013). Aqui, este processo descreve a agência e a movimentação de indivíduos escravizados, conforme apresentado na introdução, e demonstra as diferentes formas de resistência. No caso de Margarida, o processo em busca da transição da condição jurídica foi iniciado em 1884, por não ter recebido a carta de alforria prometida por Maria Gertrudes de Moura Ramos.

Esta promessa impediu a escravizada de tornar-se livre pelos fundos de emancipação por meio do dinheiro público²². Assim, o “ato de bondade” da família Ramos, nunca ocorreu

²¹A transcrição das fontes utilizadas nesta pesquisa será realizada a partir da ortografia atual, facilitando a leitura destas.

²²A emancipação por recursos públicos refere-se ao Fundo de Emancipação. Criado a partir da Lei do Ventre Livre (1871), o Fundo de Emancipação tinha como objetivo possibilitar a emancipação gradual de indivíduos escravizados, utilizando-se de recursos financeiros providos por meio de taxas de impostos, multas e contribuições das mais variadas naturezas. A partir do levantamento dos indivíduos escravizados presentes em

fora das folhas dos jornais lageanos. Na realidade, Margarida precisou entrar com pedido na justiça para tornar-se livre, uma vez que foi colocada pela família na situação de escravizada novamente, e, segundo sua justificativa, era tratada de forma brutal, o que a fez recorrer ao Poder Judiciário.

Percebe-se, desta forma, os obstáculos empreendidos por muitos senhores, na tentativa de impedir ao máximo a concessão da liberdade, como apontado na seção dedicada à discussão teórica. A Ação de Liberdade, iniciada por Margarida, simboliza as lutas em torno da busca pela liberdade, as quais foram apagadas pelas narrativas historiográficas, priorizando-se relatos sobre gratidão e dádiva (GOMES; PAIXÃO, 2008).

Para compreender este processo e seus desdobramentos, fez-se necessário a busca por registros que apontassem as identidades de Margarida e sua movimentação na cidade de Lages. É necessário visualizar quais identidades eram postas sobre ela e as relações desenvolvidas ao longo de sua vida, na identificação de fragmentos. Como escravizada e mãe, como esta mesma descreve-se durante o desenrolar da Ação de Liberdade, Margarida certamente vivenciou uma realidade diferente de quando passou a ter sua liberdade plena, que ainda assim apresenta-se como uma realidade complexa e desigual comparada a indivíduos brancos em Lages. Adicionado a isto, é de extrema importância detalhar o próprio contexto de Lages e das fazendas pertencentes a seus ex-senhores José Antunes de Lima e Maria Gertrudes de Moura Ramos, o que auxilia na interpretação dos registros encontrados desta personagem.

O primeiro registro de Margarida refere-se ao seu batismo, realizado em 1864, na Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres

Aos três de Maio de mil oitocentos e sessenta e quatro anos nesta Matriz de Lages, batizei e pus os Santos óleos a inocente Margarida de cinco meses e sete dias de idade, escrava de José Antunes de Lima. Foram padrinhos Catholico da Silva Furtado e Maria José da Silva.²³

Margarida foi batizada com cinco meses, o que indica a possibilidade de estar numa fazenda afastada da sede da localidade, pelo menos nos primeiros momentos de vida. Entre as informações disponíveis, percebe-se a ausência dos nomes dos pais, e em especial, da mãe de Margarida, prática pouco comum nos registros de outros filhos de pessoas escravizadas. A ausência do nome da mãe de Margarida tornou as buscas por outros registros e a confirmação destes um exercício ainda mais árduo. Esta falta de registros é tema central na busca pela

cada província, o governo enviava recursos às autoridades locais que serviam como compensação aos ex-senhores após a perda da posse de escravos.

²³Assento de Batismo. Brasil, Santa Catarina, Registros da Igreja Católica, 1714-1977. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6DG8-2HVJ?cid=fs_copy.

construção da trajetória de Margarida ainda como escravizada, e podemos questionar as razões que levaram ao apagamento de seus pais e da sua própria movimentação.

O único nome conectado à vida de Margarida é de José Antunes de Lima, e, entende-se a partir disso a possibilidade dos pais de Margarida terem sido, em algum momento, escravos dos pais de José Antunes de Lima, o qual, neste período, já estava casado com Maria Gertrudes. Outra probabilidade é a posse dos pais de Margarida pela família de Maria Gertrudes, repassados ao casal José Antunes e Maria Gertrudes. Os padrinhos foram Catholico da Silva Furtado e Maria José da Silva, ambos indivíduos livres. Catholico aparece em outros registros como senhor de escravos, o que aponta para as relações desenvolvidas entre senhores de escravizados. O apadrinhamento de Margarida por Catholico representa que Margarida possuía lugar de importância para estes senhores ao escolherem padrinhos que possibilitaram um determinado grau de mobilidade.

Entretanto, na busca por registros familiares de Margarida Maria de Jesus, nos registros de nascimento de seus filhos, foi possível encontrar o nome de sua mãe, Eufrazia. O nome de Eufrazia aparece em todos os registros dos descendentes de Margarida, os quais apresentavam o local de residência de sua mãe, a cidade de Lages-SC. Quando o casal Emilio e Margarida mudam-se para Vacaria-RS, Eufrazia permanece morando em Lages.

De seu batismo até a Ação de Liberdade, não foi possível encontrar nenhum outro registro de Margarida ou dos seus dois filhos mencionados na Ação, e daí segue-se um silêncio nos registros. Podemos refletir quais são as razões desta inexistência, quando ainda estava condicionada a posição de escravizada. Esta ausência de registros é contrária à quantidade encontrada de registros de Margarida em liberdade, já casada, pois é possível identificar seu núcleo familiar, a partir dos batismos de seus filhos e netos. Vamos a eles:

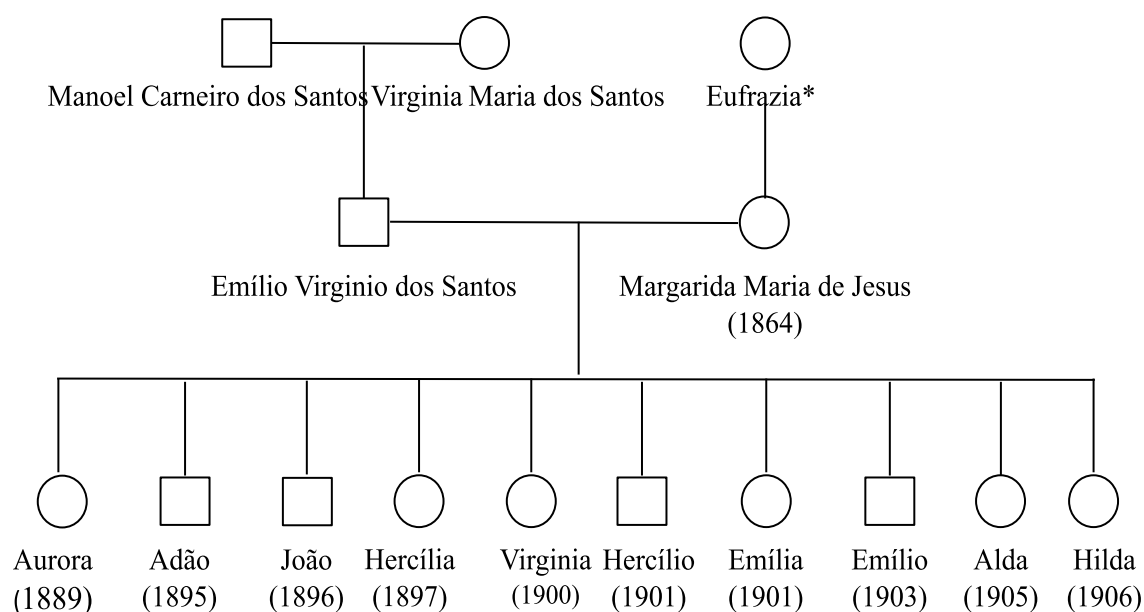
A família de Margarida pós liberdade (1884) começa com a união legalizada pela igreja e o estado brasileiro com Emílio Virginio dos Santos. Apesar de não ter sido possível encontrar outras informações específicas sobre Emílio, este, nascido no estado do Paraná, teve uma influência importante na Ação e conquista da liberdade de Margarida, incluindo a doação de dinheiro para a compra da alforria. Não foi encontrado o registro oficial do casamento, mas, como seus filhos são registrados como legítimos, é presumível que esta união foi oficializada e ocorreu entre os anos de 1884²⁴ a 1895, considerando que este último ano foi a data de registro da primeira filha de Margarida e Emílio.

²⁴A utilização do ano de 1884, como limite dos possíveis anos da realização do casamento, refere-se ao momento no qual Margarida torna-se uma mulher liberta, e, portanto, não havia impedimento à união com Emílio.

de transcrição dos registros. Observa-se com a morte da primeira filha do casal, Aurora, que ocorreu em Lages-SC, mesmo quando essa residia na cidade de Vacaria-RS, a continuidade de laços dos netos com sua avó.

Na figura a seguir, vemos como se construiu a família da Margarida Maria de Jesus e Emílio Virginio dos Santos ao longo dos anos, a partir da pesquisa nos registros do município de Vacaria-RS.

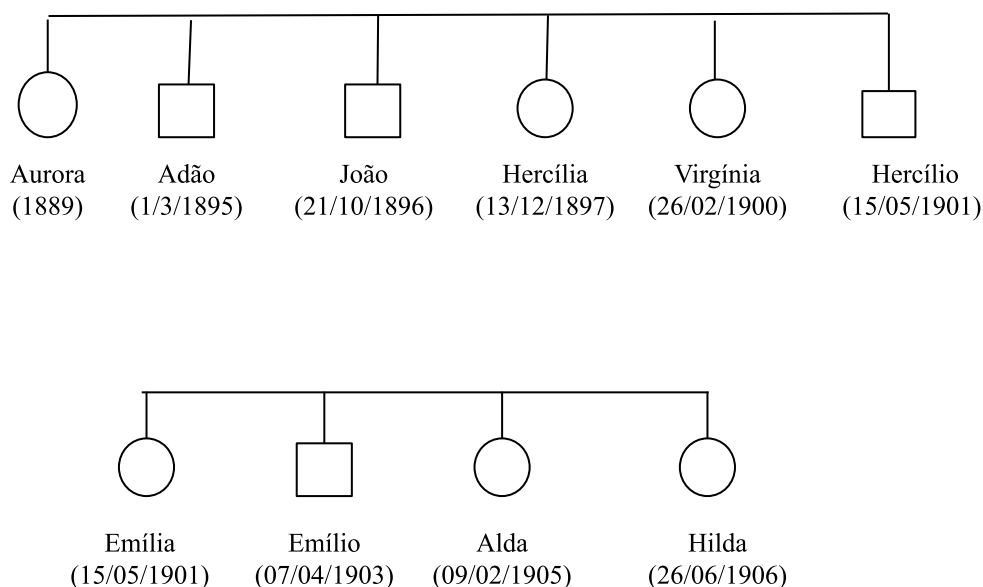
FIGURA II - Diagrama familiar de Margarida Maria de Jesus e Emílio Virginio dos Santos²⁵



Fonte: Elaborada pela autora.

²⁵Aqui insere-se o nome de Eufrazia, também às vezes mencionada como Eufrazia Maria de Jesus, como mãe de Margarida, mesmo com a ausência no registro de batismo, em virtude da menção desta como mãe nos registros familiares a serem expostos a seguir. Ademais, escolhemos apresentar, juntamente com o nome dos membros familiares, o ano de nascimento, daqueles que foi possível encontrar.

FIGURA III - Datas de nascimento dos filhos de Margarida e Emílio



Fonte: Elaborada pela autora.

Dos filhos/as aqui nominados na figura I, a primeira filha registrada pelo casal foi Aurora Emília, nascida em 1889, natural de Lages-SC, a qual infelizmente não obtivemos seu registro de batismo. Encontramos apenas seu registro de óbito, de mil novecentos e cinquenta e seis, aos sessenta e sete anos. Aurora foi casada com Cândido Barbosa de Camargo e teve como filhos Lucas, Maria e Emília, presentes no seu atestado de óbito²⁶.

O registro de óbito foi realizado por Emílio dos Santos Camargo, o qual não foi possível localizar as relações com a família de Margarida, na cidade de Lages/SC. O registro documenta, assim, seu falecimento, mas informa que o local de residência de Aurora é a cidade de Vacaria- RS. Sugerimos, através destas informações, a realização de visitas a Lages, mantendo laços com Eufrazia, sua avó. Esse movimento salienta a mobilidade de Margarida Maria de Jesus e seus familiares, que movimentam-se socialmente *em* e *entre* diferentes localidades. O documento também registra sua profissão como doméstica.

Entretanto, Emílio Virgíneo e Margarida aparecem como naturais de Vacaria-RS, o que assumimos ser um erro. A informação, a ser destacada, é que o local de nascimento de Aurora, neste registro de óbito, é na cidade de Lages- SC. Possivelmente, Aurora foi a

²⁶Registro de óbito. Brasil, Santa Catarina, Registro Civil, 1850-1999. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:8442-P4W2?cid=fs_copy.

primeira filha do casal, indicando que a mudança de localidade do casal ainda não havia ocorrido.

O segundo filho a ser registrado foi Adão, em 1895:

Ao dezessete dias do mês de Janeiro de mil oitocentos e noventa oito nesta vila de Vacaria, em meu cartório, em presença das testemunhas abaixo assinadas compareceu o cidadão Emílio Virginio dos Santos, participou-me que nesta vila em sua residência no dia primeiro de Março do anos de mil oitocentos e noventa e cinco em sua residência nasceu o inocente Adão, filho natural dele participante e de Margarida Maria de Jesus, natural de Santa Catarina e residente nesta vila; desse mais que é avó materna Eufrazia Maria de Jesus, natural e residente na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina. Do que para constar fiz este termo que assina o participante com as testemunhas. Eu, Paulino José Faraco, Oficial do Registro que escrevi²⁷.

As testemunhas, que assinaram o documento de registro, foram Oliveira da Silva Lobo e Gaudêncio Amado Xavier. Sendo filho de pessoas livres, o registro de Adão, diferente do registro de sua mãe, traz informações mais completas, como o nome da avó materna.

Identificamos os registros de João e Hercília, também disponíveis no mesmo documento, e é possível observar a repetição do oficial de registro, sendo ele Paulino José Faraco, uma vez que o registro de nascimento dos três primeiros filhos de Margarida Maria de Jesus e Emílio Virginio dos Santos, registrados em Vacaria-RS, ocorreram no mesmo dia.

João²⁸ nasceu no dia vinte e um de outubro, do ano de mil oitocentos e noventa e seis, sendo seus padrinhos Anastacia Ferreira Borges e Salvador Candido de Moraes. Já Hercília²⁹ aparece com a data de nascimento do ano de 1897 no dia treze de dezembro.

Nos registros de Adão, João e Hercília não identificamos nenhuma menção a cor destes indivíduos, o que pode indicar que estes eram considerados socialmente como sujeitos brancos. A cor, ou a *ausência* desta, nos registros não significa especialmente a branquitude destes indivíduos, mas sim outro exemplo da mobilidade social realizada, de alguma maneira, por Margarida, principalmente pelo casamento com Emílio Virginio. Segundo Hebe Mattos (2013) a categoria de cor representava também uma construção social, neste sentido, "a cor da pele tendia a ser por si só um primeiro signo de *status* e condição social para qualquer forasteiro" (MATTOS, 2013, p. 42-43).

Tal organização estrutural da sociedade oitocentista brasileira prova-se ainda mais, ao serem analisados outros registros dos filhos do casal e de seus descendentes. Enquanto os

²⁷Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VH6-W4L6?cid=fs_copy.

²⁸Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VH6-W4L6?cid=fs_copy.

²⁹Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VH6-W4L6?cid=fs_copy.

filhos de João e Hercília aparecem todos registrados como brancos, os três filhos de Adão e sua esposa Ignacia Soares dos Santos (Clélia³⁰, 1922; Aldo,³¹ 1924; e Evaldo³², 1929), nascidos em Vacaria - RS, são descritos como "morenos" ou de "cor mista". Estes registros de batismo auxiliam a investigar a utilização da categoria da cor nos documentos e a pensá-los como fragmentos do status social atingindo ou então tido como objetivo destes sujeitos. Faz-se necessário reforçar que a cor presente em determinados registros pode não simbolizar a realidade, e, portanto, pensar a categoria raça e a influência desta nas trajetórias da família de Margarida e seus descendentes, devido às construções sociais brasileiras, também é um esforço a ser realizado, e pode explicar as diferenças nos registros dos irmãos.

Em março de mil e novecentos ocorreu o registro da filha Virgínia,

[...] no dia vinte seis de fevereiro do corrente ano às seis horas da manhã, nasceu uma criança do sexo feminino que será batizada com o nome de Virgínia [...] filha natural dele participante e de Margarida Maria de Jesus, ambos naturais: ele do Estado do Paraná e ela natural do Estado de Santa Catarina, ambos aqui residentes e declaram mais que são avós paternos Manoel Carneiro dos Santos e a finada Dona Virginia Maria dos Santos, ambos naturais do Estado do Paraná e disse mais que são avós maternos Eufrazia Maria de Jesus [...].³³

Os padrinhos, para Virgínia, são Oliveira da Silva Lobo e Laudelina José Alves, e observamos a mudança no indivíduo responsável pelos registros oficiais, sendo ele Marcelino Ramos de Souza. A partir deste registro, conseguimos mais informações sobre Emílio Virgínio dos Santos e de seus pais, nascidos todos no estado do Paraná. Estas informações não apareciam nos registros já apresentados e podem surgir outros tipos de indagações. Emílio aparece como um migrante em Lages- SC, em um período de expansão das fronteiras agrárias do município, um espaço que apresentava novas possibilidades.

Assim, como indicado pelo cruzamento da Ação de Liberdade com os registros aqui descritos, Emílio Virgínio dos Santos, solteiro, encontra-se com Margarida e, juntos, buscam pela liberdade desta. Ademais, o registro de Virginia indica seu nascimento em um intervalo maior em comparação a distância entre seus outros irmãos e irmãs.

Virginia faleceu em mil novecentos e sessenta e dois³⁴, no dia dezessete do mês de Junho, aos sessenta e dois anos de idade, e era, naquele período, residente na capital do estado

³⁰Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VH3-H8JW?cid=fs_copy.

³¹Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHM-PWDW?cid=fs_copy.

³²Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHS-XT9B?cid=fs_copy.

³³Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VH6-Z5TK?cid=fs_copy.

³⁴Registro de óbito. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X46-3QQ7?cid=fs_copy.

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. No registro de óbito é descrito que Virginia, caracterizada como uma mulher branca, exercia as funções de doméstica, e não deixava bens aos filhos Hermani e Auracelys. Esse registro também apresenta o casal Margarida e Emílio como naturais de Vacaria-RS, contrário ao que é apresentado no seu registro de batismo.

Os filhos Emília³⁵ e Hercílio, foram, ambos, registrados em mil novecentos e um. O registro de Emília³⁶ aponta como data de seu nascimento o dia quinze de maio de mil novecentos e um, com os padrinhos José Luiz Rodrigues Terceira e Anna Fausinas Martins Rodrigues. O registro é da cidade de Vacaria - RS, assim como os de seus irmãos, entretanto, nos registros dos filhos de Emília observa-se uma informação importante. Ao registrar os filhos Antônio³⁷ e Ester³⁸, Emília aparece descrita como Laura Emília, casada com Álvaro Galvão de Moura Lacerda. Ademais, não foi possível encontrar o registro de óbito de Emília.

Hercílio nasceu no dia quinze de maio de mil novecentos e um, sendo nossa hipótese que são irmãos gêmeos – Emília e Hercílio. Entretanto, em nenhum dos registros destes dois indivíduos esta informação é apresentada, sendo seus registros presentes em diferentes livros. O registro de Hercílio foi realizado em novembro de mil novecentos e onze, na cidade de Vacaria.

[...] compareceu Cândido Barbosa de Camargo, com a presença das testemunhas [...] e declarou que nesta vila em casa paterna no dia quinze de maio do ano de mil novecentos e um, as dez horas da noite, nasceu uma criança do sexo masculino que será batizada com o nome de Hercílio, filho natural de Emílio Virginio dos Santos e Margarida Maria de Jesus [...].³⁹

As informações de seus pais repetem-se de igual maneira aos registros já apresentados. O oficial do registro e as testemunhas foram as mesmas nos três registros a seguir, sendo eles: Auterio da Silva, oficial do registro civil, Cândido Barbosa de Camargo, que iniciou o processo de registro, sendo as testemunhas Natalício Bueno e Joaquim Schmidt.

O registro a ser apresentado a seguir refere-se a Emílio, no primeiro dia do mês de dezembro do ano de mil novecentos e onze, realizado no mesmo dia do registro de sua irmã Alda

³⁵Escolhemos utilizar apenas Emília, seguindo a gramática presente de seu registro de batismo, nas futuras menções, apesar dos registros apresentá-la pelo nome de Laura Emília.

³⁶Assento de Batismo. Brasil, Rio Grande do Sul, Registros da Igreja Católica, 1738-1952. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:66Y7-2GT5?cid=fs_copy.

³⁷Assento de Batismo. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHD-51D3?cid=fs_copy.

³⁸Assento de Batismo. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHX-Y4Z7?cid=fs_copy.

³⁹Assento de Batismo. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHF-41B8?cid=fs_copy.

[...] compareceu Cândido Barbosa de Camargo, com a presença das testemunhas [...] e declarou que nesta vila em casa paterna no dia sete de Abril do ano de mil novecentos e três, nasceu uma criança do sexo masculino que será batizada com o nome de Emílio filho natural de Emílio Virginio dos Santos e Margarida Maria de Jesus [...]⁴⁰.

Foi possível encontrar o atestado de óbito⁴¹ de Emílio (filho), sendo registrado seu falecimento no dia dois de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro, aos sessenta e seis anos. A profissão exercida por esse era a de comerciário, ainda na cidade Vacaria-RS, descrito também pela cor branca. No registro de bens pode ser identificado como filho Erasmo, com sua esposa Rosa Stumbo dos Santos.

Temos o registro de Alda⁴², novamente com a presença de Cândido Barbosa de Camargo. Ela nasceu no dia nove de fevereiro do ano de mil novecentos e cinco. Como informação adicional, o mesmo registro também apresenta a anotação do casamento de Alda com Antonio Gomes de Carvalho, que ocorreu em vinte e dois de abril de mil novecentos e trinta e cinco, oficializado pelo o Juiz Distrital Juvenal Alves Pereira.

Por fim, apresentamos o registro de nascimento, também ocorrido no ano de mil novecentos e onze, de Hilda⁴³, nascida em vinte e seis de agosto de mil novecentos e seis. O oficial de registro foi Autero da Silva e as testemunhas foram Candido Barbosa Camargo, José Michal e Joaquim Schmidt.

Verifica-se a ausência de Emílio nos últimos quatro registros, que não participa nem na assinatura do documento. Nesta perspectiva, cabe pensar as razões que dificultaram a presença de Emílio Virginio dos Santos para a realização dos registros de seus filhos com Margarida, como questões envolvendo sua saúde, uma vez que estes documentos não justificam tal ausência. Observa-se, todavia, a movimentação ativa de Cândido, marido de Aurora (1ª filha de Emílio e Margarida), na realização destes registros, os quais foram realizados após alguns anos do nascimento de tais sujeitos.

Os filhos, aqui apresentados, nascem com cerca de dois anos de diferença entre si, considerando que apenas no caso de Aurora podemos identificar uma diferença fora desta constância. Como os registros aconteciam, na maioria das vezes, de vários filhos no mesmo dia, os encarregados de registrá-los se repetiam, assim como as testemunhas. Mas, ainda

⁴⁰Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHF-41B8?cid=fs_copy.

⁴¹Registro de óbito. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6ZLH-78YC?cid=fs_copy.

⁴²Assento de Batismo.Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHF-41B8?cid=fs_copy.

⁴³Assento de Batismo. Brasil, Rio Grande do Sul, Registro Civil, 1860-2006. Disponível em: https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6VHD-BS3J?cid=fs_copy.

assim, ressaltamos a presença de pessoas diferentes, conforme a mudança dos anos. As testemunhas, em geral, são pessoas que estão no próprio cartório realizando outros registros, ou que vivem próximas geograficamente. O que difere dos padrinhos em batismo católico, em geral, são escolhidos pelos pais ou familiares.

Entretanto, a dificuldade de encontrar registros de óbitos destes ou registros de batismo de seus filhos, dificultou na obtenção de informações, como das profissões dos filhos (homens) de Emílio e Margarida. Ainda, nota-se que a maioria dos filhos continua residindo em Vacaria-RS, exercendo as funções de doméstica (para as mulheres) e no caso de Emílio, de comerciário.

A busca por registros dos filhos de Margarida mencionados na Ação de Liberdade, nascidos ainda nos anos de 1878 a 1884, não obteve êxito, e existe a possibilidade de seus registros tenham sido realizados em outras cidades. Também não foi possível determinar quem seria o pai destas crianças. Por terem nascido após 1871⁴⁴, podem ter permanecido com os senhores ou enviados para outras localidades ou outras instituições, incluindo aqui a escola de aprendizes de marinheiros de SC. Ou, na pior das hipóteses, tenham ido a óbito ainda crianças.

2.2 Contexto das vivências de Margarida

O processo de criação e de povoamento da atual região serrana catarinense, ocorreu a partir do desejo da formação de um novo caminho para o transporte de gado provenientes do Rio Grande do Sul, na tentativa de evitar o pagamento de impostos na passagem das rotas já existentes. O processo de povoamento desta região e da ocupação da extensão territorial era baseado em torno da propriedade da terra:

Os senhores de terras, cujas propriedades eram fazendas, em geral, possuíam escravos e agregados para a execução dos trabalhos domésticos, na pecuária e na agricultura. No processo de colonização e povoamento, além das vastas extensões de terras (fazendas), há um número significativo de propriedades de médio e pequeno porte. Isso significa que, além da produção voltada para o comércio interno com vacuns, cavalares e muares, realizada principalmente em fazendas, temos a especificidade da presença de lavouras de subsistência (VICENZI, 2015, p. 22).

A partir da década de 1840, a região passa por um processo de transformação, conectado às mudanças estruturais do Império, como as leis abolicionistas, e na vila, pela passagem dos farrapos e do início da chegada de imigrantes e a criação do distrito de Campos

⁴⁴Refere-se a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), assim os filhos de Margarida aqui citados nasceram já como pessoas livres.

Novos (VICENZI, 2015). A criação dos Campos Novos, que tinha como sede política a vila de Lages, envolveu a doação de terras da capitania de São Paulo (BORGES, 2005).

A população em Lages não possuía grande expressividade demográfica nos primeiros períodos do povoamento, mas apresentava uma variedade de indivíduos, como mencionado acima. Entretanto, Paulo Pinheiro Machado (2001) aponta que a distinção entre indivíduos livres ou escravizados não representava, naquela sociedade lageana, uma oposição direta entre as condições de trabalho, uma vez que a sociedade estava organizada sob uma forte hierarquia, a qual colocava os sujeitos livres sob o poder dos fazendeiros, a partir de um conjunto de obrigações. Tal observação permite, desta forma, compreender a necessidade de análise das diversas categorias, conforme o objetivo de seguir a análise utilizando da interseccionalidade, como ferramenta da visualização das relações de poder ali desenvolvidas.

A criação da vila de Vacaria - RS foi uma estratégia de consolidação da presença dos lusos naquela região, principalmente por meio do desenvolvimento de relações, na maior parte das vezes violentas, com as populações indígenas. A utilização do termo vacaria surge a partir da utilização deste espaço, por jesuítas espanhóis, como reserva de gado⁴⁵. A presença de escravos em Vacaria-RS aparece com determinada expressão demográfica, uma vez que, entre os anos de 1778 e 1810, ocorreram 209 batizados de inocentes na freguesia⁴⁶. Não foi possível encontrar muitos estudos sobre o processo de povoamento e a utilização da mão de obra escravizada no espaço, mas, a proximidade geográfica e as relações econômicas com Lages-SC, e às atividades dos tropeiros, podem indicar as razões para a mudança da localidade, espaço que apresentava-se como um local para ascensão social, destacando aqui a movimentação do casal Margarida e Emílio.

Ainda, os estudos de contingentes populacionais de Lages-SC (COSTA, 1982; BORGES, 2005), apontam, por meio dos registros enviados aos presidentes da província, utilizados pelos autores para averiguar as diferentes taxas da população, o emprego das descrições de "pretos e pardos livres" e/ou de "libertos". Essas categorias, apesar de não estarem presente uniformemente nestes ofícios, possibilitam a análise do seu uso cotidiano e as implicações na vivência destes sujeitos. Tais categorias carregavam com elas determinados lugares sociais, e por isso, Margarida aparece descrita como uma mulher parda escravizada nos primeiros registros, proporcionando a análise de suas condições sociais.

⁴⁵MINUZZO, Maurício M. **Notas para uma história ameríndia nos Campos da Vacaria e de Cima da Serra**, Rio Grande de São Pedro (1727-1851). Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

⁴⁶SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. Bom dia, padrinho: espaço e parentesco na formação de redes entre cativos nos campos de Vacaria, 1778-1810. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, v. 10 n. 1 e 2, Jan.-Dez., 2008.

A aplicação no cotidiano destas categorias de diferenciação, as quais funcionam dentro de um sistema hierárquico, também auxilia na desmistificação do mito do desenvolvimento de relações entre os senhores e seus escravos no planalto catarinense, pois, nas narrativas tradicionais

[...] sobre os descendentes de africanos em Santa Catarina afirmam sua especificidade com relação a outras regiões do país. Primeiro, pelo passado colonial, afirmar que o negro teve e tem presença rara, inexpressiva ou insignificante, atribuindo a isso a inexistência de um sistema escravista. Segundo, que existiram relações mais democráticas e igualitárias, em função do modelo econômico e de um menor contingente de escravos (VICENZI, 2012, p. 55).

A presença destes indivíduos, como apontam os diversos registros históricos e a própria trajetória de Margarida, demonstram que, ao contrário destas pesquisas tradicionais, indivíduos negros estiveram e ainda estão conectados à história da região e sua cultura. Nos Campos de Lages, a mão de obra escravizada foi extremamente importante para a lida do gado (VICENZI, 2012). Esse esforço para o apagamento da presença negra na região resulta no pagamento/negação desses indivíduos, excluídos das políticas governamentais, sendo marginalizados. Sua identidade é constantemente negada, e, assim, a própria existência de sua voz passa a ser contestada.

Conforme discute Ilka Boaventura Leite (1996), essa invisibilidade está interligada na consolidação de um projeto de branqueamento do estado de Santa Catarina, transformando-o como uma região branca, associada a outras descrições de desenvolvimento e superioridade social. Esta narrativa, que apaga tais trajetórias no ambiente acadêmico e nas políticas governamentais, por meio de mitos de inexistência de determinados grupos sociais, ignora, como aponta a autora, uma série de condições institucionalizadas para garantir a superioridade de comunidades brancas e da formação de discriminações a população negra.

Como mencionado acima, “a designação de ‘pardo’ era usada, antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição mais geral não branco (MATTOS, 2013, p. 42)”. Isto significa que, apesar da mobilidade destes indivíduos, principalmente na condição de cativos, estar restrita, não simboliza a sua total inexistência, sendo a trajetória de Margarida um destes inúmeros exemplos. As relações de Margarida podem ser observadas a partir do seu próprio registro de batismo, na escolha do casal Catholico da Silva Furtado e Maria José da Silva como padrinhos. Por se tratarem de sujeitos livres e senhores de escravos, possivelmente exerciam influência na região, demonstrando os possíveis vínculos que Margarida já obtinha desde seu nascimento.

A ausência no registro do nome do pai de Margarida pode não significar sua ausência junto à mesma, mas impossibilita a investigação dos vínculos relacionados a ele. Isto pode significar que este poderia ser um indivíduo livre, com uma possível ligação junto a elite local e com os padrinhos apresentados, reforçado pelo processo em busca de sua liberdade, anos mais tarde. Assim, é necessário visualizar Margarida como uma mulher com determinada proximidade às famílias Lima e Ramos, indicando contatos por vezes ignorados em pesquisas das teorias hegemônicas, as quais procuram determinar espaços marginais aos indivíduos negros e negras.

3. AÇÃO DE LIBERDADE E A ANÁLISE INTERSECCIONAL NA DISPUTA

Conforme apresentamos no capítulo anterior, objetiva-se no presente capítulo a análise da Ação de Liberdade iniciada por Margarida⁴⁷, ainda em 1884. O retorno no tempo, para abordar sobre a trajetória da jovem Margarida, em sua luta pela liberdade, possibilitará o destaque do lugar social ocupado por ela, enfatizando suas relações na sociedade com aqueles próximos a ela, assim como sujeitos de outros grupos e categorias. Desta forma, utilizaremos a Interseccionalidade como ferramenta de análise da história de Margarida, também para enfatizar as estruturas históricas deste período e suas sombras no tempo presente.

As fontes aqui utilizadas novamente compõem um grupo diverso de documentos, de registros judiciais, como a própria Ação e os anexos apresentados por Margarida, há registros jornalísticos, empregados para o reconhecimento dos personagens ali envolvidos. Todavia, registros particulares a Margarida são poucos, dificultando o mapeamento da mobilidade e as conexões desenvolvidas por Margarida ainda como escravizada. Difere-se, neste sentido, dos múltiplos registros referentes a personagens de diferentes posições sociais, ilustrando, mais uma vez, as relações de poder na sociedade brasileira do período.

3.1 Jovem parda Margarida e a liberdade

Eu, a suplicante, quando ainda era escrava, sendo como é, mãe de dois filhos ingênuos, menores de seis anos, tinha sido já inocente pela Junta Classificadora de escravos [...]. (AUTOS, 1884, p. 5)⁴⁸.

Em Julho de 1883, Maria Gertrudes de Moura Ramos, esposa de José Antunes de Lima, declarou à Junta Classificadora de Escravos da província de Lages-SC que sua escravizada, Margarida, de 19 anos, encontrava-se já em liberdade. Esta declaração de Maria Gertrudes, que comunicava à Junta em nome de seu marido, descrevia Margarida já na condição de liberta e servia para a retirada de Margarida da lista de indivíduos a serem libertos por meio de fundos públicos.

Entretanto, no ano seguinte, no mês de dezembro, Margarida, representada pelo depositário⁴⁹ Júlio César Dos Santos, encarregado de entregar a Ação de Liberdade ao juiz

⁴⁷Neste terceiro capítulo, retornaremos a menção de Margarida apenas pelo seu primeiro nome, para facilitar sua condição de escravizadas e as categorias sociais utilizadas para defini-la.

⁴⁸Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K).

⁴⁹Para o desempenho das funções de depositário, a pessoa deveria ser um indivíduo livre, de preferência masculino e branco

Capitão Maurício Ribeiro de Cordova e ao curador Pedro José Leite Júnior, deu início a uma Ação de Liberdade contra seus ex-senhores, reivindicando sua liberdade. A Ação de Liberdade representa, assim, o retorno ao cativo entre as passagens dos anos de 1883 e 1884.

As ações de Liberdade representavam uma estratégia para indivíduos escravizados tornarem-se livres, a partir da compreensão e demonstração da injustiça na sua condição em cativo. O processo, desta forma, indica que a liberdade prometida para Margarida nunca tornou-se realidade, e, mais importante, aponta quais foram os caminhos trilhados por ela até conquistá-la.

Aproveitamos este momento para ressaltar a descrição de Margarida segundo sua condição de mãe, uma vez que isto nos auxilia a compreensão do espaço do corpo de Margarida dentro do sistema de escravidão. A reprodução escrava sempre foi alvo de ações de controle senhorial, que ao impedi-la ou impulsioná-la, faziam a partir de formas de aumentar sua riqueza (MACHADO, 2018). Ainda, a condição dos filhos era imposta com base na condição de sua mãe. Tem-se, assim, o entendimento do corpo de uma mulher escravizada como central na estrutura escravista, circunstância pautada através da interseção entre gênero e raça, seja por meio de seu trabalho físico e/ou na sua reprodução, de uniões ou do estupro senhorial. Porém, aproveitamos para ressaltar a resistência destas mulheres, reconhecendo as estratégias contra o controle reprodutivo de seus corpos, como a utilização de métodos contraceptivos e na formação de laços de afetos por seus filhos (MACHADO, 2018).

Nas 42 páginas subsequentes da Ação, podemos observar os argumentos movidos por Margarida para a conquista de sua liberdade, sua sociabilidade e os indivíduos que a cercavam, auxiliando na visualização das categorias impostas sobre ela.

Diz a parda Margarida, natural deste termo, por ser curador abaixo assinado, como consta dos inclusos autos de depósito e ouvidoria [...] que senta está livre, por ter sido alforriada por seus ex-senhores, D. Maria Gertrudes de Moura Ramos e seu marido José Antunes Lima [...]. (Autos, 1884, p.4)⁵⁰.

O processo de Margarida em busca da transição de condição inicia-se com a acusação da não concessão da liberdade a ela por seus ex-senhores, apontando que, mesmo ao anunciar a Junta Classificadora e realizando anúncio público a sociedade de Lages, nas páginas do jornal “O Lageano”, Margarida nunca recebeu sua carta de alforria, documento este que provava oficialmente sua liberdade. A visto disso, Margarida aponta que o tratamento de

⁵⁰Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K).

Maria Gertrudes de Moura Ramos e José Antunes de Lima continuaram similares a de uma pessoa escravizada, conforme aqui descrito:

[...] os desumanos e ingratos ex-senhores da suplicante, arrependendo-se do acto generoso e humanitário que praticarão, continuaram sempre a manter suplicante em injusto cativo, dando-lhe tratos cruéis como se ainda fosse escrava. (Autos, 1884, p.5)⁵¹.

Ainda, juntamente com a acusação da não entrega da carta de alforria e não registro desta no tabelião, os ex-senhores, Maria Gertrudes e José Antunes de Lima, são acusados de impossibilitar a concessão de liberdade de Margarida pelos fundos públicos. Segundo o que apresenta-se na ação, Margarida estava incluída na lista de sujeitos escravizados a serem libertos pela Junta Classificadora, e, além disso, já tinha apresentado o pecúlio no valor de cinquenta mil réis.

O pecúlio, entregue à junta por Emílio Virgínio dos Santos⁵², fornece uma maior amplitude na visualização dos laços de Margarida dentro da sociedade de Lages-SC, compreendendo que a ajuda de Emílio estava conectada às relações desenvolvidas entre eles. Do depositário ao curador observa-se ali uma série de relações, formando, assim, uma rede de apoio em torno de nosso sujeito principal, a parda Margarida.

A partir desta acusação, a Ação de Liberdade indica que a declaração, realizada por Maria Gertrudes em 1883, não passava apenas de uma maneira de neutralizar a concessão de liberdade por meios públicos. Isto demonstra, mais uma vez, as estratégias colocadas em prática pelos senhores visando o prolongamento do domínio senhorial. Porém, assim como são diversos os procedimentos e mecanismos empregados para a permanência da escravidão, são múltiplas as estratégias utilizadas por indivíduos escravizados e libertos em busca da liberdade e na manutenção desta.

Em virtude disto, torna-se necessário a exposição e a análise dos argumentos de Margarida e seus representantes, empregues na tentativa de mostrar sua situação em cativo como ilegal, a fim desta obter a desejada liberdade. Ademais, é de igual relevância salientar os personagens presentes na Ação, conectando-os seus argumentos e suas trajetórias individuais.

No decorrer da Ação observa-se que Margarida é sempre descrita como *liberta*, sendo, neste sentido, Maria Gertrudes de Moura Ramos e José Antunes de Lima, descritos como seus ex-senhores. Tal denominação destaca dois fatores importantes neste processo. Em primeiro

⁵¹Idem.

⁵²Emílio, conforme apresentado no capítulo anterior, foi o futuro marido de Margarida, com quem ela foi casada e teve filhos.

lugar, reforça o argumento da situação de escravização, mantida por Maria Gertrudes e José Antunes de Lima, como injusta, mesmo sem o recebimento ou a apresentação oficial da carta de alforria. A execução desta Ação de Liberdade procura, desta maneira

[...] garantir sua pessoa [Margarida], a qualquer violência, e também para fazer proclamar seu incontestável direito à liberdade." (Autos, 1884, p. 23)⁵³.

Nesta declaração também observamos a menção da liberdade como um direito incontestável, mesmo a referir-se de uma pessoa liberta contestando seu retorno à condição de escravizada. Observamos tal referência diversas vezes no documento e destacamos aqui a menção na página 7:

Que a liberdade, que é de direito natural e que sempre se presume (Lei 6 de Junho de 1756) e cujas razões são sempre muito poderosas (1º de Abril de 1680) - pode ser provado por testemunhas, ou por outro qualquer gênero de provas, independentemente de apresentação de carta de liberdade, desde que essa achando-se em poder de pessoas suspeitas, é susceptível de alteração ou falsificação [...] (Autos, 1884).

Esta perspectiva parece ser incompatível com o sistema de escravidão em curso nas terras brasileiras, mas, na leitura das legislações do Brasil e partindo do contexto no qual estas foram desenvolvidas, pode-se compreender informações aparentemente contrastantes. De acordo com Marcelo S. Matheus (2018), a influência do Direito Romano na construção do corpo de leis ibérica fomentou a compreensão que “[...] a escravidão afeta apenas o corpo do indivíduo (com sua alma permanecendo livre) e, por isso, o escravo sofre as mesmas dores e alegrias dos outros seres humanos, pois ‘deriva da mesma fonte’ (p. 4)”. Assim, todos os sujeitos seriam criados como seres livres. Tais leis foram formadas anteriormente a instituição da escravidão de africanos negros, mas, com a implantação da legislação no território da América Ibérica, estas pessoas passaram a fazer parte deste conjunto de normas e leis, explicando a referência deste pensamento na Ação de Liberdade e o alto número de alforrias nas regiões colonizadas por ibéricos. A compreensão, embasada pelo direito romano, não deslegitima o sistema de escravidão, segundo o autor, porém, o organiza em diferentes formas.

Entender que indivíduos escravizados, nos territórios portugueses, eram definidos simultaneamente a partir da objetificação de seus corpos e como seres humanos, possuídores de vontades e desejos próprios, durante todo o período de escravidão, auxilia-nos na visualização da estrutura de permissão de controle dos escravos por seus senhores, que possibilitava o questionamento, por parte dos escravizados, de sua condição como cativos (MATTOS; GRINBERG, 2018).

⁵³Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K).

Em segundo momento, é de igual relevância a abordagem do termo "liberta" levando em conta o que este termo representa socialmente. A experiência de vida de pessoas libertas, neste contexto de escravidão, era formada por uma série de restrições a direitos básicos e a própria cidadania (CHALHOUB, 2010). O deslocamento de indivíduos libertos era controlado e restringido, e, da mesma maneira, era possível visualizar obstáculos e a exclusão da participação destes no mercado de trabalho. Esses exemplos, juntamente com as diversas formas de manutenção da escravidão utilizadas pelos senhores e ex-senhores, conforme verificamos na trajetória de Margarida, ilustram a precariedade (empregando o termo de Sidney Chalhoub, 2010) desta liberdade. O termo *liberta/liberto* aponta para uma condição jurídica e social, para além da marcação da *cor*. A sociabilidade destes indivíduos ocorria dentro de um sistema violento, o qual, apesar de apresentar fissuras que possibilitaram histórias como a de Margarida, majoritariamente possibilitou a manutenção de estruturas violentas e desiguais. Assim, a superação deste passado como escravizado era impossível, mesmo ao tornar-se livre.

Socialmente a demarcação da escravidão continuava a partir do uso de termos como *libertos*, caracterizando-os em uma posição de controle de sua movimentação e a necessidade de comprovação constante de sua liberdade. Por mais que aqui o termo é aplicado para justificar e reforçar os argumentos apresentados na Ação, fora dela significava a imposição da continuidade da escravidão. Compreender isto é um meio de identificar as possíveis experiências de Margarida em Lages após 1884, quando esta recebe oficialmente a liberdade. Da mesma maneira, pode explicar as razões de sua mudança para um novo lugar.

Os argumentos apresentados até aqui são apoiados, entre outros documentos e testemunhas, através da publicação pública da concessão de liberdade no jornal "O Lageano":

A exma sra dona Maria Gertrudes de Moura Ramos, digna esposa do rico fazendeiro, o sr. Capitão José Antunes Lima, oficiou a junta classificadora de escravos, que havia conferido a liberdade a sua escrava, mulata, de 17 anos de idade, de nome Margarida. É virtuosa e respeitável matrona, é irmã do Sr. Capitão Luiz José de Oliveira Ramos. A caridade é o distintivo desta nobre senhora⁵⁴.

Tal menção, do ano anterior ao processo, indica um controle de Margarida, e possivelmente de Emílio, das publicações oficiais e das informações divulgadas para outros habitantes da região. A presença desta publicação representa, por sua vez, o reconhecimento acerca da importância desses relatos no caso e do acesso a tais publicações, que traz os ex-senhores como benevolentes e reconhecem seu ato de liberdade em favor de Margarida.

⁵⁴Jornal "O lageano", Lages, 21 de Julho de 1883. Anno 1, n. 14. Arquivo do Museu Histórico de Thiago de Castro, Lages/SC.

O recorte também indica o papel desempenhado pela ex-senhora, Maria Gertrudes de Moura Ramos, assim como o papel de Margarida. Sugiro pensar primeiro sobre as formas que Maria Gertrudes estava presente nos acontecimentos anteriores a Ação de Liberdade, demonstrando as formas que a ex-senhora tentou manter Margarida como sua escravizada.

Conforme os relatos de Margarida, foi Maria Gertrudes responsável por ir “à Junta Classificadora, em 15 de Julho de 1883, em que declarou ‘que a suplicante já se achava liberta’ e no qual não fez declaração alguma de ônus ou condição imposta à liberdade” (Autos, 1884, p.7).

A participação e a possibilidade de Maria Gertrudes de indicar a condição de Margarida ilustra uma das movimentações que mulheres de senhores de escravos poderiam realizar na sociedade brasileira.

Como a fonte aponta “[...] a mulher casada é meeira dos bens de seu casado e como tal era a ex senhora da suplicante condômina desta, e nessa qualidade, podia por si, (quanto mais com acordo de seu marido) conceder a liberdade a qualquer de seus escravos [...]. (Autos, 1884, p. 8). Destacamos a interação de mulheres brancas de elite com o controle senhorial de escravizados. Por meio de casamentos ou de heranças familiares, mulheres em condições similares às de Maria Gertrudes eram senhoras de escravos, inseridas nesse sistema de controle e domínio. À vista disso, pensamos a movimentação de Maria Gertrudes a partir da interpretação de uma família senhorial, ambos sendo proprietários desses indivíduos. Por conseguinte, a ausência da Maria Gertrudes no batismo de Margarida não exclui a visualização desta como sua senhora e do casal como uma família senhorial.

Afirmar a presença de Maria Gertrudes em ações de controle das posses e dos escravos da família construída juntamente com José Antunes de Lima, é um dos meios de destacar a sua presença e movimentação na sociedade de Lages-SC, informações estas que não podem estar dissociadas do cruzamento de categorias sociais nas trajetórias e nas posições ocupadas por ela e seu marido dentro daquele espaço. Nesta perspectiva, as páginas seguintes são dedicadas ao estudo do espaço ocupado por Maria Gertrudes, e por outros indivíduos, envolvidos na Ação de Liberdade e no cotidiano de Margarida, baseadas nas posições sociais ocupadas por estes indivíduos.

3.2 Sujeitos da Ação

Maria Gertrudes de Moura Ramos era a décima filha do casal Laureano Ramos e Maria Gertrudes de Moura, nascida no ano de 1824. Laureano, pai de Maria Gertrudes, era filho de Matheus José Coelho e de Maria Antônia de Jesus, imigrantes portugueses em terras brasileiras. A família formada a partir do casamento de Laureano e Maria Gertrudes de Moura⁵⁵ foram importantes personagens na história de Lages e do estado de Santa Catarina, envolvidos nas questões econômicas e políticas. O próprio Laureano chegou a ser nomeado como Juiz Ordinário de Lages, sendo considerado um relevante líder local.

A partir da leitura do inventário de Laureano, de 1862, e da divisão dos bens entre sua mulher e seus filhos, encontramos as posses familiares, incluindo fazendas e escravos. O principal território era a Fazenda de Guarda-Mor, constituída por terras devolutas, que foi ocupada por Laureano quando este passa a residir em Lages-SC, no ano de 1812. Ao longo dos anos, o território passou a ser utilizado para a criação de gado, tornando-se posse oficial do casal Laureano e Maria após um requerimento realizado ao governo de Lages, comprando, posteriormente, territórios vizinhos. Faziam, também, parte das posses da família Ramos as fazendas de Bananeiras, São Luiz e Cadete e um grupo de cerca de vinte indivíduos escravizados. Na partilha dos bens após o falecimento do patriarca da família, as posses territoriais foram deixadas em posse dos filhos homens do casal.

O estudo desses documentos referentes às posses de famílias senhoriais, incluso nos estudos acerca da escravidão e liberdade, contribuem para pensar na vida dos indivíduos escravizados e a constituição de suas famílias. Ainda, possibilitam adquirir informações importantes destas pessoas, quando presentes, apontando para a diversidade da composição da família escrava e dos agentes presentes no sistema de escravidão brasileiro (MACHADO, 2019). Os estudos da História da Morte, conforme ressalta Aryanne Faustina da Silva (2014), lidando com os testamentos e inventários, são ferramentas para análises dos aspectos sociais do espaço no qual estes foram produzidos e dos mecanismos presentes na sociedade escravista.

Destacamos aqui a doação, presente no inventário, realizada para José Antunes de Lima (casado com a filha Maria Gertrudes de Moura Ramos e representado-a no documento), da escrava *crioula* Eufrazia, descrita como menor de idade. Não podemos identificar se a doação ocorreu na divisão dos bens ou anteriormente a este processo, porém, como

⁵⁵Indicamos aqui que o casal Laureano Ramos e Maria Gertrudes de Moura são avós do ex-presidente da República Nereu de Oliveira Ramos.

encontrado nos registros de Margarida em liberdade, sabemos que Eufrazia era o nome da mãe de nossa personagem principal.

Retornamos, agora, ao casal José Antunes de Lima e Maria Gertrudes de Moura Ramos. A união entre eles ocorreu em 1861, no município de Lages-SC. Assim como a Maria Gertrudes e a linhagem Ramos, José Antunes de Lima foi uma importante figura na vila de Lages-SC, filho dos migrantes paulistas Ignácio Antunes de Lima e Francisca Maria Rosa de Almeida Taques.

José Antunes de Lima foi um fazendeiro e vereador, inserindo-se também na participação da Guarda Nacional⁵⁶ da província, no cargo de tenente coronel comandante, no ano de 1894. Ao ser reconhecido como importante figura política da região, recebeu o apelido de Juca Antunes. Defensor do Partido Republicano Constitucional⁵⁷, “Juca Antunes” é descrito, por diversos jornais catarinenses, como um “conservador distinto”⁵⁸.

O que percebemos aqui é a identificação de influentes indivíduos, possuidores de expressivos poderes políticos e econômicos no cenário lageano, com relevantes posses materiais e, de igual importância, um elevado status social, relacionados a seus antecessores. A resistência de Margarida na busca por liberdade, com o auxílio de sua rede de apoio, merece grande destaque, já que seus ex-senhores eram indivíduos de significativa relevância local, e detinham meios em certa medida de mantê-la como cativa, o que, conforme percebido, não ocorreu.

Por fim, foi possível identificarmos o local de residência do casal Maria Gertrudes de Moura Ramos e José Antunes de Lima. Localizada na região central urbana de Lages, entre as ruas “Rua da Igreja” (atual Benjamin Constant) e a “Rua do Lajeado” (atual Coronel Córdova), o casarão ganhou notoriedade local, tornando-se um dos pontos principais da cidade⁵⁹.

O edifício, em Lages, representa a última utilização da arquitetura luso-brasileira no município, e, nesse sentido, juntamente com a importância histórica e destaque territorial, o espaço foi alvo de projetos de restauração e conservação, tombado pela Fundação Catarinense de Cultura no ano de 2001.

⁵⁶Jornal “Republica”, Florianópolis, 27 de Julho de 1894. Ano V, n. 80. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/4035>.

⁵⁷Jornal “Republica”, Florianópolis, 21 de Junho de 1892. Ano IV, n. 727. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/2671>.

⁵⁸Jornal “Jornal do Comércio”, Florianópolis, 9 de Novembro de 1889. Ano X, n. 212. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/887790/8627>.

⁵⁹Informações disponíveis no site oficial da Fundação Cultural de Lages. Disponível em: <https://cultura.lages.sc.gov.br/casarao-juca-antunes/o-casarao>.

FIGURA IV - Casarão “Juca Antunes”

Fonte: Fundação Cultural de Lages.
Disponível em: <https://cultura.lages.sc.gov.br/casarao-juca-antunes/fotos>.

FIGURA V - Vista atual do Casarão Juca Antunes

Fonte: Fundação Cultural de Lages.
Disponível em: <https://cultura.lages.sc.gov.br/casarao-juca-antunes/fotos>.

O casamento com José Antunes de Lima e a própria família de Maria Gertrudes, apontam que a ocupação deste lugar de controle e privilégios por mulheres de elite é, muitas vezes, apagado das narrativas tradicionais, baseados em estereótipos de gênero. Cria-se,

portando, memórias afastadas da realidade. Em contra ponto, utilizando-se como exemplo a própria Maria Gertrudes, ressaltamos que,

Percebe-se que a presença das senhoras ultrapassava os limites do lar e se encaixava na estrutura escravista, no papel de administradoras da mão-de-obra servil. Os viajantes registraram casos de mulheres que substituíam maridos falecidos nas tarefas produtivas, especialmente as que viviam no interior. [...] Sem os maridos, elas tomavam as rédeas dos negócios e administravam fazendas, compravam e vendiam mercadorias diversas. (CALEIRO, 2006, p. 187).

Mulheres donas de escravarias desempenhavam importantes funções com uma certa autonomia, inseridas, apesar disso, dentro de um sistema patriarcal de submissão (MATHEUS, 2018). Desta forma, destaca-se que na sociedade escravista brasileira estavam presentes uma variedade de experiências femininas, influenciadas simultaneamente por gênero, raça e classe, moldando tais experiências e realidades (COLLINS, 1989).

Como veremos adiante, Margarida estava inserida no universo doméstico do casal dos seus ex-senhores e por isso, estava ainda mais próxima de Maria Gertrudes de Moura Ramos e convivia no local central ocupado pelo casarão. O exercício dos afazeres domésticos por mulheres negras escravizadas ou libertas foi uma marca forte na realidade brasileira anterior e no pós-abolição, sendo destinado um enorme contingente populacional de mulheres escravizadas para o trabalho doméstico, com marcas profundas ainda visíveis e experimentadas por descendentes destas populações. Formavam-se, ali, na realização dos serviços domésticos, complexos laços baseados na dominação social, perpassando a concessão de privilégios e relações de violência (SOUZA, 2012).

Levando-se em consideração uma análise da intersecção entre gênero, raça e classe, exercício de análise que também facilita o entendimento acerca das relações de dominação e subordinação desenvolvidas na escravidão, podemos investigar a condição de Margarida como uma mulher escravizada, conectada nas relações de poder presentes no vínculo com sua ex-senhora. Desta forma, é necessário pensar que Margarida, ao desempenhar funções de uma escrava doméstica, apesar de sua condição social, não encontrava-se isolada da sociedade e construía, conforme objetivamos relatar, laços de solidariedade com diversos indivíduos de Lages-SC. Isto ocorre, pois, ao frequentar o espaço do lar de ex-senhores, possuía contatos com sujeitos fora da família senhorial e por ali construía estratégias de sobrevivência. Conforme apresenta Flavia Fernandes de Souza (2012, p. 253):

[...] essas serviçais trabalhavam tanto no âmbito da casa dos senhores ou patrões como também tinham necessidade de sair às ruas para a realização das tarefas que lhes eram designadas. Assim, a maior parte delas circulava por espaços públicos, como ruas, mercados e chafarizes, típicos de cidades como a Corte do Império.

Entender a presença do corpo de Margarida neste espaço de inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de laços e de redes e de movimentos, configura-se como importante ferramenta na visibilidade das estratégias em torno da obtenção da liberdade. Os resultados destes laços, realizados por sujeitos escravizados com um gama de outros sujeitos, poderiam significar o embate na tentativa de mudança da condição, por meio de recursos de ordem simbólica ou econômica (MATHEUS, 2018), adicionadas a sua proximidade com a família senhorial e, no caso de Margarida, a sua presença no espaço doméstico.

Ocorria, ali, uma mobilidade e resistência entre as brechas deste sistema de controle e submissão, criando tensões e conflitos na busca pela liberdade e, no caso de Margarida, também da sua manutenção. O objetivo de tornar-se livre eram conquistas dificilmente atingidas de forma individual. Eram, contudo, projetos empreendidos a partir da ação coletiva, por meio dos contatos sociais e familiares.

[...] a família parece ter sido o principal recurso para que muitos escravos alcançassem a liberdade. Não obstante João José Reis postule que a conquista da alforria era um meio tradicional “de emancipação individual”, grosso modo, muitas vezes a sua obtenção era produto de uma ação coletiva, assim como a consequência de sua efetivação tinha efeitos que poderiam se espalhar e repercutir na vida de outras pessoas ao redor do liberto (uma forra geraria filhos livres, assim como um forro poderia vender seu trabalho e angariar mais recursos, enquanto livre, os quais poderiam beneficiar um filho ou alguém de seu grupo de convivência). (MATHEUS, 2018, p. 16).

Adiante, a menção das ações tomadas por Maria Gertrudes de Moura Ramos e seu controle senhorial, o processo requer a presença dos senhores de Margarida para a realização da exposição acerca destes acontecimentos, caso contrário,

[...] a suplente declarada pessoa livre e condenados os suplicados a restituir-lhe o valor de seus serviços a contar de 15 de Julho de 1883, a 26 de Novembro do corrente ano, desta em que retirou-se do despótico e ilegal cativo [...]. (Autos, 1884, p. 9)⁶⁰.

Porém, antes disto, o documento relata a mudança de curador do caso, requerida por Emílio Virginio dos Santos, salientando, mais uma vez, a conexão com Margarida.

Diz Emílio Virginio dos Santos, que tende Vossa Excelência o suplente, curador da parda Margarida, ex escrava de Dona Maria Gertrudes de Moura Ramos, que pedia o depósito de sua pessoa para fazer proclamar em juízo seu incontestável direito à liberdade, sucede entretanto, que, a suplente por seus incubados de Saúde, com especialmente por não ter prática de Questões Forenses, não pode desempenhar satisfatoriamente como deseja, os respectivos deveres de curado da infeliz a quem se pretende reduzir a cativo, e por essa razão vem requerer a Vossa Excelência a destituição do suplente e pedir dignou-se Vossa excelência nomeação para o referido cargo, um advogado de sua confiança. (Autos, 1884, p. 26)⁶¹.

⁶⁰Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K).

⁶¹Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K).

O antigo curador, a quem Emílio refere-se, trata-se de João José Theodoro de Costa, sendo este substituído pelo Capitão Pedro José Leite. Como já conseguimos mapear as relações de Margarida em liberdade, temos conhecimento sobre a proximidade desta com Emílio, mas o pedido de mudança de curador demonstra que este compartilhava o desejo nesta transição da condição, influenciando a continuidade do processo. Sua influência na trajetória de Margarida inicia antes do processo, mas aqui pode-se visualizar a formação de tais laços. Mais importante, tornam-se fontes especiais para a evidência da relação de Margarida com a sociedade em torno de si, mesmo quando ainda escravizada, desmistificando a narrativa da pessoa negra escravizada, em especial de mulheres negras, ligada apenas a seu cativo.

Ainda, ao analisarmos outros registros de Emílio Virginio dos Santos podemos complexificar ainda mais este jogo de interesses e necessidades, contribuindo para um desenho mais nítido dos personagens ali presentes. Considerando, assim, a Ação como um jogo de poder e interesses, trazemos à tona a apresentação de Emílio.

Conforme já apresentado, Emílio Virginio dos Santos nasceu no estado do Paraná e sua mudança para Lages-SC possivelmente ocorreu devido ao crescimento deste espaço e as possibilidades ali presentes. Entretanto, na busca por registros de Emílio⁶² no período da realização da Ação, podemos visualizar seus interesses pessoais e as condições que estes poderiam entrar em consonância com a trajetória de Margarida.

Os recortes selecionados para a apresentação relacionam-se à vida política de Emílio, presentes no jornal “A Regeneração: jornal da Província de Santa Catarina” entre os anos de 1881 a 1890, com detalhes acerca da posição social ocupada por ele. Ao longo do tempo ocorreram diversas citações acerca de Emílio, também referentes à sua movimentação política, mas são estas que ilustram melhor os vínculos com a trajetória de Margarida.

O jornal “A Regeneração”, publicado em Desterro⁶³, estava ligado ao Partido Liberal brasileiro, publicando notícias ligadas aos apoiadores do partido. Emílio, por vezes, é citado em ações ligadas ao Partido Liberal, indicando assim como José Antunes de Lima, ex-senhor de Margarida, uma vida ligada aos movimentos políticos.

⁶²Na busca por fontes, com a indicação de pesquisadores ligados a esta área de pesquisa, foi possível encontrar menções de Emílio nos jornais locais de Lages-SC e de outras localidades próximas. Os jornais estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira e tais documentos históricos foram de extrema importância para o acesso de informações acerca do sujeito Emílio e aspectos conectados ao seu cotidiano.

⁶³Atualmente é denominada Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

A própria reorganização do Partido Liberal em Lages-SC⁶⁴ ocorreu com o auxílio de Emílio Virginio dos Santos, o qual tornou-se secretário em 1888. A notícia não divulga as razões do encerramento das atividades do partido, nem por quanto tempo estas estiveram paradas, mas focamos aqui na relação estreita entre tal grupo e Emílio, ressaltando, por fim, a importância deste no desenvolvimento do partido na região.

O Partido Liberal, conforme Siqueira e Coutinho (2020), ganhou forma a partir do ano de 1840, sendo definido os ideais liberais e as pautas dos programas liberais neste período. De acordo com os autores, o Partido Liberal, que passou por uma regeneração a partir de 1860, consolidando objetivos claros e retornando algumas pautas dos anos anteriores, defendia um sistema representativo, a descentralização administrativa e um “elemento municipal”. Assim, com o aumento das publicações liberais no período, os pontos de debate passaram a ser “[...] as consequências da centralização nas províncias, os malefícios da escravidão e o debate entre Igreja e Estado [...]” (SIQUEIRA, 2020, p. 41).

Entretanto, a partir de 1870, momento próximo às menções de Emílio Virginio, o Partido Liberal passa a ter em seu vocabulário partidário “[...] palavras como progresso, moral, esclarecimento, instrução popular e democracia [...]” (SIQUEIRA, COUTINHO, 2020, p. 229). Nesse momento, as ideias radicais passam a estar conectadas com a defesa do republicanismo, o que, em contrapartida, “Com ênfase no tema emancipacionista, quase todas as propostas de garantias dos direitos civis foram postas em segundo plano em favor da agenda republicana” (SIQUEIRA, COUTINHO, 2020, p. 235). Portanto, é possível visualizar um conflito de ideias políticas entre o conservador José Antunes de Lima e o liberal Emílio, por mais que as divisões naquele contexto não eram claras e efetivamente delimitadas, podiam significar conflitos no apoio a candidatos e projetos. Enfim, as posições liberais, principalmente em torno das ideias acerca da liberdade, de Emílio Virginio dos Santos, certamente ajudam a explicar a relação formada por ele e Margarida na defesa da condição como liberta dela, utilizando o conhecimento acerca da legislação, e a formação futura de uma família.

A primeira menção, a ser destacada aqui, de Emílio Virginio dos Santos ocorreu no ano de 1881⁶⁵ e refere-se a uma publicação de elogios ao indivíduo que exercia o cargo de delegado de Lages-SC, com a presença de assinaturas de diversos indivíduos. O conteúdo da

⁶⁴Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 2 de Setembro de 1888. Ano XX, n. 184. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892068/8915>.

⁶⁵Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 20 de Fevereiro de 1881. Ano XIII, n. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/3460>.

mensagem não é relevante a pesquisa aqui desenvolvida, contudo, na parte dedicada às assinaturas estão presentes as profissões desenvolvidas por cada indivíduo, e Emílio Virginio aparece como negociante, devolvendo as atividades de compra e venda de casas e terras, além de realizar empréstimo de dinheiro.

A partir destas notícias referentes a Emílio, observa-se também uma movimentação entre as localidades da província catarinense⁶⁶ ou fora do estado, para prestarem “[...] na assembleia relevantes serviços em prol de melhoramentos e necessidades locais, pelo que são dignos de todo o elogio⁶⁷”. Tal movimentação demonstra uma possível ocupação de importância social no município de Lages-SC e uma relação estreita com as autoridades locais.

Por fim, escolhemos por destacar a nomeação de Emílio ao cargo de promotor público na comarca de Lages em 1889⁶⁸. Neste contexto, promotores públicos tinham como função o cuidado para a efetivação da legislação conforme indicado por lei, envolvendo as atividades de denúncia de crimes e a realização de mandados e sentenças judiciais. O cargo de promotor, mesmo em um período de preocupação com a definição de cada função pública, oferecia prestígio social, e, adicionado a isto, a possibilidade de assumir o cargo de promotor também indica um prestígio já existente e conexões políticas com os presidentes de províncias, já que estes indicavam os nomes de promotores. Isto indica que, para além de ser possuidor de recursos financeiros, Emílio Virginio também era um homem letrado.

Emílio Virginio dos Santos atuou um ano como promotor em Lages-SC, conforme indica o jornal publicado em outubro de 1890 registrando a exoneração do cargo⁶⁹. O cargo de promotor passou a ser de Manoel Thiago de Castro. Aqui observa-se que a exoneração acontece um ano após o nascimento da primeira filha do casal, Aurora, a única que nasceu, ou pelo menos foi registrada, em Lages-SC. Importante pensar que talvez o casal tenha se mudado ainda em 1890, ou, no ano seguinte, para Vacaria-RS. Assim, observa-se, através da análises dos registros nos jornais, que no momento de casamento entre Margarida e Emílio este exercia as atividades de negociante e posteriormente de promotor.

⁶⁶Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 12 de Julho de 1885. Ano XVII, n. 148. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/6513>.

⁶⁷Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 22 de Abril de 1884. Ano XVI, n. 90. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/5171>.

⁶⁸Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 2 de Julho de 1889. Ano XXI, n. 136. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/9745>.

⁶⁹Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 9 de Outubro de 1890. Ano XI, n. 189. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/887790/9331>.

Ao investigar tais informações de Emílio, relacionando os registros da vida de Margarida em liberdade, ampliamos o reconhecimento das datas e da mobilidade exercida por eles.

3.3 Enfim, a liberdade!

Ao retornar ao processo, a manifestação de Maria Gertrudes de Moura Ramos e de seu marido, José Antunes de Lima, ocorreu no dia oito de dezembro de 1884. Nesse momento, os ex-senhores apresentaram a Carta de Liberdade, do dia oito de julho de 1883, que não havia sido entregue a Margarida. No documento, consta a posse de Margarida por seus ex-senhores, apontando novamente sua condição como parda, e são descritas as condições de sua liberdade.

[...] de nossa livre espontânea vontade e sem constrangimento algum concedemos liberdade condicional que lê o seguinte: sujeitar-se ela aos serviços **domésticos de nossa casa**, vivendo em nossa companhia por mais sete anos a contar de hoje e findando ao quais entrará então ela em o pleno gozo e disfrute de sua liberdade como se fôra de ventre livre, sem que jamais ninguém a posa chamar à escravidão sob qualquer pretexto que seja, servindo-lhe este escrito de prova e proficuo em qualquer tempo depois daquela época [...]. (AUTOS, 1884, p. 34, grifo nosso)⁷⁰.

Margarida encontrava-se, então, no ano de 1883, em liberdade condicional, sendo necessário o cumprimento de serviços domésticos. Visualizamos, neste sentido, os serviços a serem prestados por Margarida como uma continuidade daqueles já realizados por ela. Conforme já foi apresentado, escravas domésticas não estavam enraizadas dentro da casa de seus senhores e se movimentavam entre suas localidades, mantendo contatos e relações com diversas pessoas. A própria localização da casa de Maria Gertrudes e José Antunes, e a relevância deles na sociedade de Lages, podem ser formas de entender os possíveis laços de Margarida.

Contudo, surge uma questão referente a apresentação da carta de alforria. Teria sido esta a condição realmente imposta a Margarida no momento que o casal concede a ela a liberdade, ainda no ano de 1883? Compreendemos que a liberdade condicionada, neste contexto, representou uma estratégia operada pelos senhores para manter indivíduos escravizados na condição de cativos, colaborando para a manutenção do domínio senhorial sobre tais corpos. A apresentação desta suposta carta de alforria auxiliaria para discussões acerca da utilização deste tipo de alforria para o prolongamento do controle senhorial,

⁷⁰Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K).

entretanto, a realização deste processo para a transição de condição e os argumentos colocados em uso por Margarida são conflitantes.

Consideramos, então, que a Ação de Liberdade, de 1884, desenrola-se certamente porque Margarida sabia da sua condição de liberdade incondicional. Na leitura do jornal “O Lageano” Margarida aparece já a partir da sua condição como liberta, sem a menção de possíveis ônus para alcançá-la. Assim, a promessa concedida por Maria Gertrudes de Moura Ramos não era da concessão de alforria condicionada e esta é a força na busca por liberdade por meio da ação.

As dúvidas acerca das condições impostas pelos ex-senhores tornam-se maiores ainda ao compreender que a apresentação da carta de alforria de Margarida foi apresentada ao juiz como forma de encerrar o processo da Ação de Liberdade

Declaramos nós abaixo assinados que, tendo libertado a nossa escrava Margarida, conforme a carta retro, com a obrigação de prestar-nos serviços por sete anos, nesta data desistimos dos mesmos serviços, para que, desde já, entre em gozo da mesma liberdade. (AUTOS, 1884, p. 37)⁷¹

A desistência, por parte de Maria Gertrudes de Moura Ramos e José Antunes de Lima, da necessidade da prestação de serviços para alcance da liberdade criam novas perspectivas acerca do jogo social de Margarida. Não é possível adivinhar qual seria a posição assumida pelo júri em torno da alforria condicionada apresentada pelos ex-senhores, mas, em conformidade com as informações acerca das posições sociais ocupadas pelo casal senhorial, observamos a relevância social destes e a ocupação de cargos políticos importantes e de grande destaque social.

Entretanto, Margarida passou a ser livre sem a necessidade do trabalho por mais sete anos, no mesmo dia que seus ex-senhores entregaram os documentos, segundo a Ação de Liberdade. Compreendemos assim, que os laços formados com Emílio foram essenciais para a conquista da liberdade, uma vez que este era liberal, detinha posses e ocupou o cargo de promotor público, quiçá fatores determinantes para o encerramento da ação e concessão sem ônus para Margarida.

Tais afirmações possuem a intenção de visibilizar o protagonismo de Margarida nessa conquista. Sua movimentação na sociedade e os laços por ela desenvolvidos foram essenciais para tal desfecho, e só ocorrem devido suas ações e presença ativa no cotidiano. Ainda, a Ação de Liberdade exprime a vontade de conquistar sua liberdade oficial, mas não aponta as estratégias anteriores de resistência no cotidiano de violência por ela experienciado, nem

⁷¹Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Cod. 10, caixa 14 (K).

outras manifestações de Margarida. Faz-se preciso, portanto, pensá-la como um sujeito de desejos e ações individuais, a partir de um jogo complexo de identidades, utilizado para mantê-la como cativa ou apagar sua agência.

Nosso trabalho é composto por fragmentos da trajetória de Margarida, parda liberta, que em liberdade passa a ser conhecida como Margarida Maria de Jesus, informações que foram mantidas ao longo do tempo, mas que não formam a totalidade de sua vida, nem as formas que está se manifestou contra o controle senhorial e nem quais foram os outros laços, a não ser por Emílio, por ela mantidos. Porém, tais registros auxiliam no avanço das discussões acerca da agência e do protagonismo de mulheres libertas e escravizadas no período, valorizando a experiência e a presença de pessoas negras neste espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar acerca da liberdade negra e os significados desta em um região que fora pautada na ausência significativa de indivíduos negros ou na criação de mitos acerca do desenvolvimento da escravidão com estruturas mais amenas é um exercício de extrema importância. E pensar sobre a liberdade negra feminina torna-se imprescindível, uma vez que a narrativa oficial afastou as mulheres negras livres, escravizadas ou libertas de posições de destaque e de autonomia para criar suas próprias histórias, ignorando suas experiências individuais e coletivas, assim como as manifestações destas ao longo do tempo. A trajetória da parda liberta Margarida, analisando-a com a sensibilidade que essa história merece, possibilita visualizar tais aspectos, além de engrandecer o debate sobre a movimentação nesse sistema de controle de corpos.

A perspectiva interseccional, empregada para compreender a presença negra de Lages, em especial das mulheres negras, proporcionou a concepção de Margarida mediante as múltiplas categorias sociais, não apenas observando sua condição jurídica, mas pensando-a através das categorias raça, gênero e classe, complexificando o debate sobre o corpo e lugares ocupados na sociedade. Esse esforço permite discutir o lugar social de mulheres escravizadas e libertas, que é determinado através das relações e estruturas de poder. A experiência social de Margarida não era apenas delimitada a partir de sua *cor* ou condição social, mas também pela categoria de gênero, diferenciando-a de experiência de homens negros e mulheres brancas pobres ou de elite no período oitocentista brasileiro, investigando-a nas margens das teorias hegemônicas sobre as categorias de raça e gênero.

Procuramos ressaltar o protagonismo de Margarida na busca de liberdade e na sua manutenção. A Ação de Liberdade, o primeiro vestígio no qual tivemos a oportunidade de visualizar um fragmento de sua trajetória, não ocorreu pela simples vontade de outros indivíduos de posições sociais elevadas. Conforme investigado, Margarida formou relações diretas ou indiretamente, que auxiliaram-na para dar início na Ação de Liberdade em 1884, mas, semelhantemente, podemos visualizar os vários caminhos trilhados por ela para a conquista da liberdade, no ano anterior, mesmo que fora necessário sua reivindicação, o que não deixa de indicar movimentações e estratégias em torno deste objetivo. A agência de nossa personagem principal foi desenvolvida no cruzamento de tais categorias, não como obstáculos, mas como possibilidades de movimentação e de criação de estratégias.

A observação da trajetória de Margarida, na busca e leitura de fontes e cruzamento de informações, possibilitou a identificação da mudança de localidade e a constituição de sua família, a partir da união com Emílio Virginio dos Santos. Este trânsito entre espaços e a utilização de um novo nome, Margarida Maria de Jesus, são maneiras de identificá-la como uma mulher liberta e as formas que sua vida em liberdade foi desenvolvida. Os registros de seus filhos possibilitaram o encontro de novas informações de sua vida como escravizada, relacionado a sua mãe, completando assim o quadro familiar e os contatos mantidos mesmo com a mudança de local.

A identificação dos documentos referentes de Margarida Maria de Jesus apresentam a identificação como uma mulher parda, que segue até sua Ação de Liberdade e de alguns de seus descendentes, e mais que uma identificação da cor destes indivíduos, indicava as posições ocupadas na hierarquia social brasileira do período e as possibilidades de ascensão social. A seleção de padrinhos livres em seu batismo, que eram também senhores de escravos, aponta a formação de laços entre senhores e, mais importante, de esforços anteriores a seu próprio nascimento na possibilidade da obtenção da alforria.

Essa pesquisa, orientada pelo olhar interseccional nas análises e na busca da construção de uma contra narrativa sobre a presença de sujeitos negros na região Sul, objetivou traçar o protagonismo de Margarida na conquista de sua alforria, indicando ser esta fruto de ações coletivas, formadas diante a sociabilidade na província catarinense, representando a agência destas mulheres nessa busca pela mudança de condição. A interseccionalidade, neste sentido, auxilia na visualização desta presença e constante movimentação de mulheres similares a Margarida, sujeito principal de nossa pesquisa, e viabiliza a compreensão da singularidade de experiências femininas não-brancas.

Considerando tais esforços, a interseccionalidade foi empregada para traçar novos olhares direcionados a Margarida, suas manifestações no cotidiano e aos sujeitos em torno de Margarida, pelo menos aqueles que aparecem nos registros encontrados. Tais pessoas se movimentavam socialmente e construíram laços a partir de posições ocupadas por estas. A própria participação de Maria Gertrudes de Moura Ramos na Ação de Liberdade de 1884 e a posição ocupada por esta como senhora de escravizados reflete esse entendimento. Incluídos nas estruturas de poder, observa-se a amplitude de fontes disponíveis sobre diversos aspectos referentes a suas vidas, contraste significativo com Margarida. Entretanto, também é possível escrever nestas lacunas e refletir sobre a trajetória de nossa Margarida nas brechas.

Escrever sobre Margarida, mesmo com a ausência de maiores fontes sobre sua vida e na própria falta de registros acerca de seus filhos, ainda como uma jovem escravizada de 19 anos, é um esforço necessário para escrever histórias e trajetórias deixadas à margem pelas narrativas tradicionais. Pautamo-nos pelo entendimento destes indivíduos como sujeitos de suas vivências e histórias, com a sensibilidade que trajetórias marcadas pela escravidão merecem. É fundamental dirigir um novo olhar às fontes e identificar as formas que essas movimentações ocorriam socialmente, sendo eles sujeitos de suas próprias histórias, valorizando e ouvindo as diversas vozes de pessoas não brancas, em particular nesta pesquisa, de mulheres negras.

FONTES CONSULTADAS

Arquivo do Museu do Judiciário de Santa Catarina. Autos de Ação de Liberdade – 1884. Cod. 10, caixa 14 (K). Observações: *568 / 1884 / Lages / Sumário De Liberdade / Escrava Margarida / José Antunes Lima.

Arquivo do Museu Histórico Thiago de Castro. Autos de Inventário - 1862. Processo de Inventário de Laureano José Ramos, Lages/SC.

Jornal “O lageano”, Lages, 21 de Julho de 1883. Anno 1, n. 14. Arquivo do Museu Histórico de Thiago de Castro, Lages/SC.

Jornal “Republica”, Florianópolis, 27 de Julho de 1894. Ano V, n. 80. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/4035>.

Jornal “Republica”, Florianópolis, 21 de Junho de 1892. Ano IV, n. 727. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/2671>

Jornal “Jornal do Comércio”, Florianópolis, 9 de Novembro de 1889. Ano X, n. 212. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/887790/8627>.

Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 2 de Setembro de 1888. Ano XX, n. 184. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/892068/8915>.

Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 20 de Fevereiro de 1881. Ano XIII, n. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/3460>.

Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 12 de Julho de 1885. Ano XVII, n. 148. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/6513>.

Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 22 de Abril de 1884. Ano XVI, n. 90. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/5171>.

Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 2 de Julho de 1889. Ano XXI, n. 136. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709603/9745>.

Jornal “A regeneração”, Florianópolis, 9 de Outubro de 1890. Ano XI, n. 189. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/887790/9331>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen. 2019.

ALADRÉN, Gabriel. **LIBERDADES NEGRAS NAS PARAGENS DO SUL: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835**. Dissertação (Mestrado em História) –

Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 126. 2008.

hooks, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

hooks, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** 9º ed, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

CALEIRO, Regina Célia Lima. A violência feminina e o cotidiano da escravidão: o silêncio das fontes. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia de Bolso, 2001.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, Campinas, n. 19, p. 33-62, 2010.

COLLINS, Patricia Hills. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015, p. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo. 2021.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens**: sua história e a influência no sertão da terra firme. 4 v. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, Califórnia, n.6, p. 1.241-1.299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Painele 1: **Cruzamento: raça e gênero**, p. 7-16, 2002. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Revista Maracanan**, [S.l.], v. 4, n. 4, p. 171-194, nov. 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Cobogó: Rio de Janeiro, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Tópoi**: Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.

MACHADO, Laryssa da Silva. O Uso de Inventários Post Mortem e Testamentos nas pesquisas históricas sobre famílias escravas: o caso de Itapemirim-Es. *In: Congresso de Processo Civil Internacional, IV, 2019, Vitória, Anais.*

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, Corpo, Maternidade. *IN: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio. Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 334-342.

MATHEUS, Marcelo Santos. A Produção da Liberdade no Brasil Escravista (Século XIX). **História:** São Paulo, v.37, p. 1-32, 2018.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 3º ed, São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila. Código Penal Escravista e Estado. *IN: SCHWARCZ, Lília M.; GOMES, Flávio. Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 163-168.

MUAZE, Mariana. Experiências Maternas No Cativo: Gênero, Família E Trabalho Nas Grandes Plantations Cafeeiras Do Vale Do Paraíba (Século Xix) *In: CARULA, Karoline; ARIZA, Marília B. A. Escravidão e maternidade no mundo atlântico : corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX.* Niterói : Eduff, 2022.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

SIQUEIRA, Karulliny S. **O Império das Repúblicas:** projetos políticos republicanos no Espírito Santo. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

SIQUEIRA, Karulliny S. COUTINHO, Driely Neves. **Nem Conciliador, Tampouco Progressista:** A Transformação Da Linguagem Do Partido Liberal Na Imprensa Do Rio De Janeiro (1860-1870). *Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, Vol. 8, n. 2, Ago./Dez., p. 212-236, 2020.*

SILVA, Aryanne Faustina da. O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico. Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas, XVI, Rio de Janeiro, 2014. **Encontro.**

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. *IN: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.* São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

VICENZI, Renilda. Presença negra no planalto catarinense. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, Vol. 1, no. 4, p. 54-67, dez. 2012.

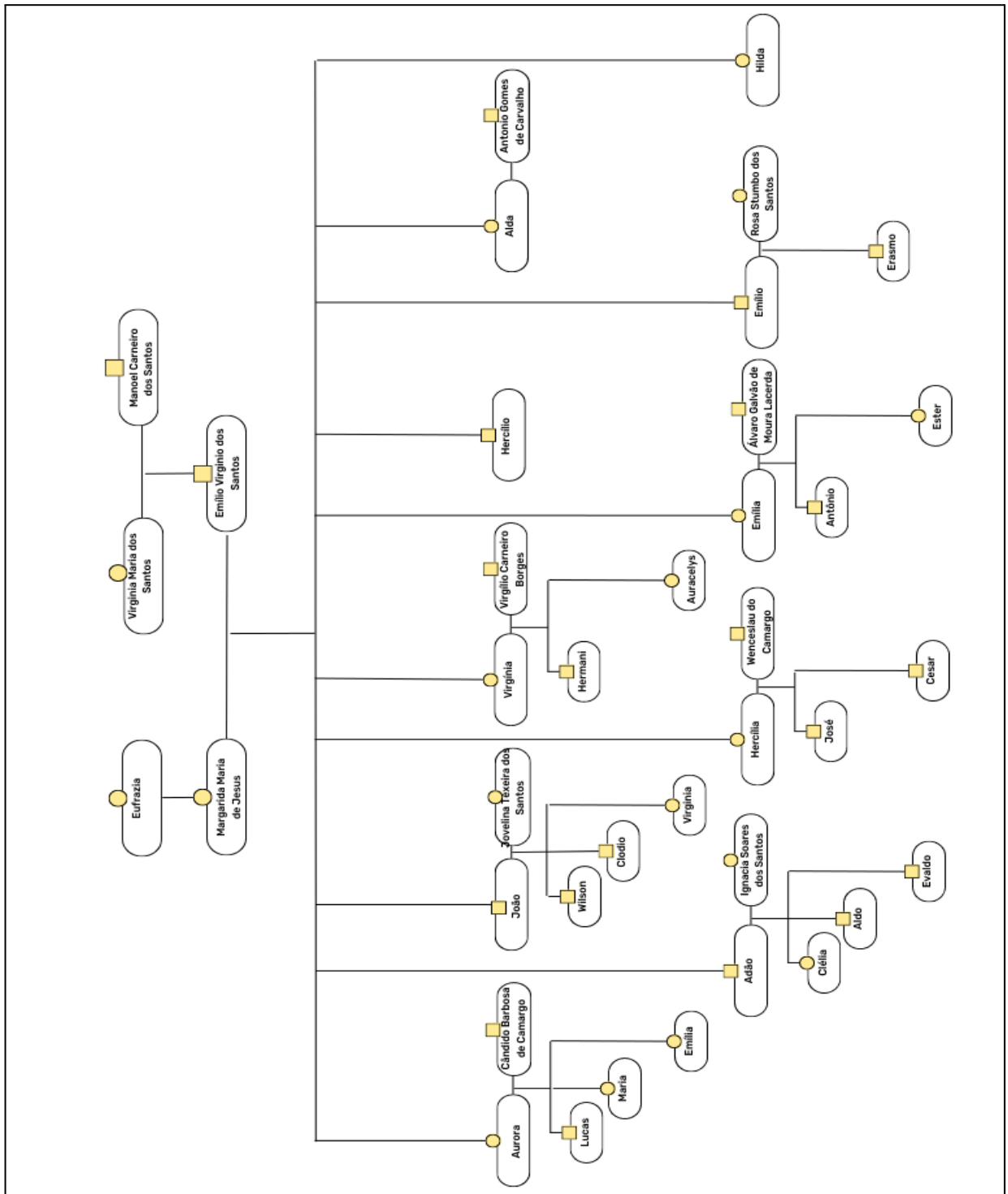
VICENZI, Renilda. **Nos Campos de Cima de Serra: ser preto, pardo e branco na vila de Lages 1776-1850.** Tese (Estudos Históricos Latino-Americanos) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, p. 233. 2015.

VICENZI, Renilda. Por caridade ou bons serviços: alforria de escravos em Lages, província de Santa Catarina (1820 - 1888). *in*: **6º Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 6, 2013, Florianópolis.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Diagrama familiar completo de Margarida Maria de Jesus e Emílio Virgínio dos Santos



Fonte: Elaborada pela autora